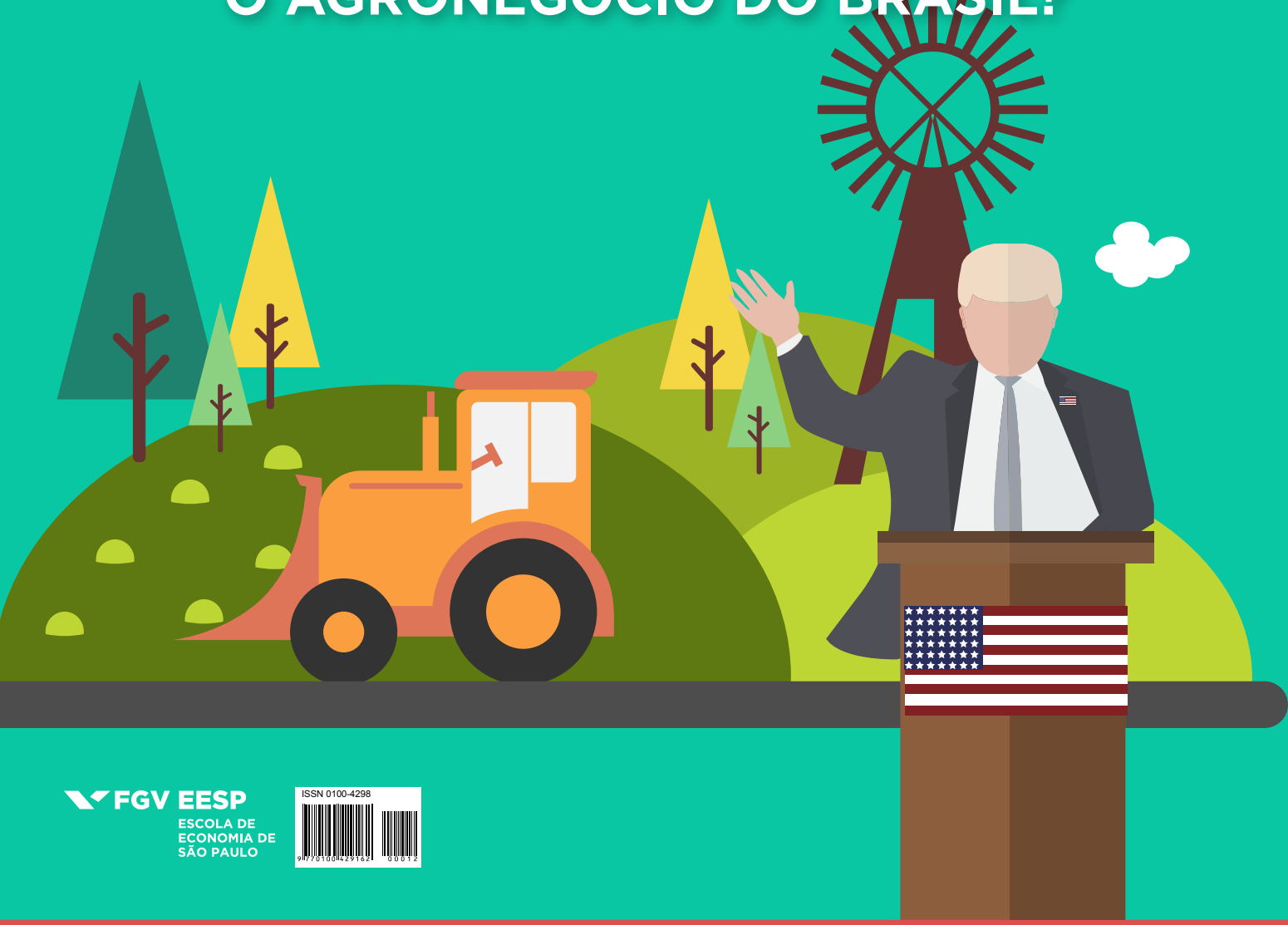
AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 36 | Nº 12 | DEZEMBRO 2016 | R$ 15,00

DONALD TRUMP

QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS PARA O AGRONEGÓCIO DO BRASIL?



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

LEITE TECNOLOGIA É A SALVAÇÃO

CANA SETOR SUCROENERGÉTICO EM RECUPERAÇÃO

SOJA O QUE ESPERAR DA SAFRA 2016/17?

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

AGRONEGÓCIO IMUNE A TRUMP?

A ELEIÇÃO de Donald Trump balançou os mercados mundiais. Com boa reflexão *ex post*, não é difícil entender a vitória do candidato republicano. Hillary Clinton teve a maioria dos votos populares e ganhou nos estados mais desenvolvidos e com maior nível cultural. Trump massacrou nos estados em que boa parte dos cidadãos nunca sequer teve um passaporte, ou seja, são comunidades muito fechadas em relação ao que acontece no mundo. O discurso de Trump tocou diretamente no conceito da América grande. E o sistema de eleição indireta, distorcido em nosso entender, fez o resto.

Na prática, Trump já moderou o discurso, e muito do que ainda mantém na retórica será de difícil implementação, graças ao sistema de divisão dos poderes nos Estados Unidos. Mesmo assim, pelo menos duas alterações na economia mundial tendem a ocorrer: maior corrida protecionista e tendência de alta dos juros norte-americanos (há clara tendência de elevação de gastos para a retomada da indústria, maior inflação e juros mais altos). Estes efeitos tendem a desvalorizar um pouco mais acentuadamente o real. Já a política mais protecionista pode ou não afetar o agronegócio do Brasil, conforme aponta a matéria da página 15. O agronegócio brasileiro não registrou crescimento vertiginoso no comércio com os norte-americanos nos últimos oito anos, com o governo de Barack Obama. Logo, é razoável supor que, ao menos até o momento, não há grandes preocupações com possíveis efeitos negativos do governo Trump para a pauta agrícola brasileira.

Já a situação interna piorou ligeiramente com a constatação de que a retomada do crescimento econômico será mais lenta. A ***Agroanalysis*** continua acreditando em crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017, inflação tendendo à meta e juros menores, podendo a Selic terminar o próximo ano na casa dos 10%. O efeito cambial já ocorreu, em nossa opinião: o dólar teve valorização de 10% desde a eleição de Donald Trump; e o real, que deveria ficar entre R$ 3,10 e R$ 3,40 neste ano, tende a ficar entre R$ 3,20 e R$ 3,60.

A situação piora caso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos gastos não seja aprovada até o final deste ano, o que é pouco provável. Os produtores de *commodities* que já fizeram as suas compras de insumo com dólar mais baixo podem ter ganhos adicionais.

No campo, em ritmo final de plantio da safra de verão 2016/17, as atenções voltam-se para a evolução vegetativa das culturas, depois da quebra de colheita na temporada passada em função das estiagens, principalmente na região do MAPITOBA. A soja, carro-chefe da produção, sente a pressão de baixa no mercado decorrente da supersafra dos Estados Unidos. A expectativa é de uma reação nos preços a partir do segundo trimestre, com a entrada da entressafra.

As expectativas de um clima mais favorável na safra 2016/17 e de custos menores sinalizam uma rentabilidade melhor para a soja. A estimativa é de lucro médio de R$ 915,79 por hectare, no Mato Grosso, e R$ 1.440,66 por hectare, no Paraná.

Na indústria de cana-de-açúcar, há esperança de recuperação e atração de novos investimentos. O setor ainda se ressente bastante dos prejuízos incorridos na primeira metade desta década. A política governamental de congelamento dos preços da gasolina foi um desastre para o etanol. De qualquer forma, a previsão para o volume de cana a ser moída no ciclo 2016/17 não sinaliza para um aumento da produção, mesmo com o aquecimento dos mercados de açúcar e etanol. É uma fase de transição, com probabilidade de crescimento a partir de 2018/19.

É muito interessante o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) ao analisar a evolução dos preços reais do leite no Brasil. Desde meados dos anos 70 do século passado, os produtores passaram a receber preços decrescentes pelo produto vendido. O preço médio por litro recuou de R$ 3,82 para R$ 1,31 entre 1978 e 2016, uma queda de 66%. Por outro lado, a produção nacional de leite cresceu mais de 2,5 vezes no mesmo período. Isso indica que o avanço tecnológico foi capaz de reduzir os custos de produção, mantendo ou, até mesmo, aumentando a margem de rentabilidade dos produtores.

Estão em pauta, também, os compromissos assumidos pelo Brasil na 21ª Conferência Mundial sobre a Mudança Climática da Organização das Nações Unidas (COP-21), em 2015, no Acordo de Paris. O impacto é bem positivo para a indústria de cana-de-açúcar, que terá de produzir, até 2030, cerca de 50 bilhões de litros de etanol, frente aos 28 bilhões de litros registrados na safra 2015/16. Esse pacto foi ratificado na COP-22, realizada recentemente, em Marrakech, no Marrocos. Entrevistada na seção Abre Aspas, Elizabeth Farina, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), faz um balanço da COP-22, na qual esteve presente.

Para terminar, o Caderno Especial da cadeia produtiva de café traz uma visão atualizada da evolução do setor, em que pese a necessidade de retirada das "pedras do caminho". Neste ano em especial, a quebra na colheita do café Conilon, usado normalmente como *blend* em 50% pela indústria de torrefação, causou um fato inusitado: o seu preço superou o do Arábica no mercado brasileiro. Com isso, como solução imediata, as empresas aumentaram a utilização do Arábica no *blend* de 50% para 80%. As entidades do setor têm de suprir o déficit existente com produtos importados do Vietnã e desovados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), sem deprimir a renda do produtor local.

A equipe da ***Agroanalysis*** agradece a atenção despendida pelas empresas anunciantes, pelas entidades parceiras, pelos autores dos textos e pelos leitores, desejando a todos os votos de um feliz natal e um próspero 2017, na torcida pela retomada da economia brasileira e pela continuidade do crescimento do nosso agronegócio. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
ELIZABETH FARINA
ACORDO DE PARIS FAVORECE A AGROPECUÁRIA E O SETOR SUCROENERGÉTICO

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
CAINDO NA REAL

14 AGRODROPS

15 MERCADO & NEGÓCIOS

15 CAPA ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP
BOA OU RUIM PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO?

17 CAPA PECUÁRIA DE LEITE
GANHO TECNOLÓGICO NA CADEIA PRODUTIVA

19 CAPA AÇÚCAR E ETANOL
MERCADO EM RECUPERAÇÃO

21 CAPA MERCADO DE SOJA
BALANÇO E EXPECTATIVAS PARA A SAFRA 2016/17

24 CONTEÚDO ESPECIAL

24 CNC
CADERNO ESPECIAL: CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ

34 COOXUPÉ
COOXUPÉ ORIENTA COOPERADO PARA O COMBATE À BROCA-DO-CAFÉ

36 2ª REUNIÃO CANAPLAN 2016
REAVALIAÇÃO DA SAFRA 2016/17 E PRIMEIRA VISÃO DA SAFRA 2017/18

41 PROPAGANDA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS NO BRASIL

43 BAYER
REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NA AGRICULTURA

44 FAESP
PROPOSTA PARA LIMITAÇÃO DE GASTOS DO GOVERNO FEDERAL – PEC Nº 241

45 ANDEF
UM MARCO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
VIDA MELHOR

47 PRODUZIR
DESAFIOS PARA UMA LIDERANÇA MODERNA

48 OPINIÃO
NOVAS ÁGUAS PARA A PISCICULTURA

49 REFLEXÃO
ATÉ 2018: UMA JORNADA LONGA!

50 ESTATÍSTICA

ACORDO DE PARIS FAVORECE A AGROPECUÁRIA E O SETOR SUCROENERGÉTICO

ELIZABETH FARINA

PRESIDENTE DA UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR (UNICA)

DA REDAÇÃO

Representantes de quase todos os países do mundo estiveram reunidos na Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (COP-22), em Marrakech, no Marrocos, no último mês de novembro. Na pauta, estava o desafio de colocar em prática o histórico acordo sobre clima de Paris, realizado na COP-21, em 2015. A ***Agroanalysis*** foi ouvir o balanço feito pela participante do evento Elizabeth Farina, presidente da UNICA, sobre o impacto do encontro para o Brasil em termos do agronegócio, em geral, e do setor sucroenergético, em particular.

AGROANALYSIS: A 22ª CONFERÊNCIA DO CLIMA (COP-22) MANTEVE O AMBIENTE DE OTIMISMO EM RELAÇÃO AO ACORDO DE PARIS CELEBRADO EM 2015?

ELIZABETH FARINA: Sem dúvida. No ano passado, o Acordo de Paris foi assinado por 197 países, mas precisava ser ratificado. Isso acabou se concretizando meses antes da realização da COP-22, em tempo que consideramos recorde. Em cerimônia paralela à reunião do G-20, em setembro último, a China e os Estados Unidos, os maiores emissores de gases do efeito estufa (GEEs), oficializaram seus compromissos, em documento entregue ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon.

Isso é, de fato, uma demonstração de que o mundo está empenhado e realmente preocupado com as questões climáticas. De forma geral, a COP-22 foi marcada por discussões mais detalhadas sobre o cumprimento das metas de cada país. Podemos entendê-la como um ponto de partida, principalmente para o setor sucroenergético. Estamos confiantes nos planos do governo brasileiro para



Foto UNICA - Marcela Ayabe

contribuir com a retomada de crescimento do setor, que estava adormecido há seis anos.

DE UM MODO GERAL, A POSIÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA SAI NA FRENTE NO TEMA DA MITIGAÇÃO DOS GEES?

EF: A agropecuária é uma das principais bases da economia brasileira. O seu papel fica cada vez mais fundamental nessa questão, pelo fato de termos um novo e robusto Código Florestal. Como isso exigirá a recuperação de áreas ambientais mais sensíveis, abre-se espaço para a movimentação de um novo mercado de troca de carbono e de investimentos futuros.

No caso do setor de cana-de-açúcar, em particular, vemos grandes vantagens. A sua produção no etanol e na bioeletricidade representa um grande diferencial, pela capacidade de reduzir substancialmente as emissões de GEEs, na substituição de outras energias fósseis, como a gasolina e o carvão, respectivamente. No caso do etanol, há uma redução significativa de até 90% das emissões quando em comparação com a gasolina.

AS METAS ASSUMIDAS PELO BRASIL NA COP-21 PARA O ANO DE 2030 PODEM SER CONSIDERADAS AUDACIOSAS E REALISTAS?

EF: Sem dúvida, as metas são desafiadoras, tendo em vista que o ano de 2030 pode ser considerado como muito próximo. Em outras palavras, para os próximos quatorze anos, o Brasil assumiu o compromisso de atingir a participação de 18% de biocombustíveis (etanol e biodiesel) na matriz energética nacional e um aumento de 10% para 23% no uso de energias renováveis (solar, eólica e biomassa) na matriz elétrica. Para o mercado de etanol, isso significa produzir, até lá, aproximadamente 50 bilhões de litros, frente aos 28 bilhões de litros registrados na safra 2015/16.

Na outra ponta, a perda de competitividade do setor sucroenergético ficou evidente nos últimos anos, especialmente porque o Governo controlou os preços da gasolina para conter a inflação. Como consequência desta política nefasta, cerca de oitenta usinas fecharam as portas. No entanto, apesar de ambiciosa, a meta poderá ser cumprida se o Governo mostrar efetivo comprometimento e implementar, desde já, medidas claras e de longo prazo que deem segurança de regras aos investidores.

> “...AS METAS SÃO DESAFIADORAS, TENDO EM VISTA QUE O ANO DE 2030 PODE SER CONSIDERADO COMO MUITO PRÓXIMO.”

MAIS ESPECIFICAMENTE, QUAL É O PAPEL DOS BIOCOMBUSTÍVEIS NESSE CONTEXTO, TENDO EM VISTA A FORÇA DO BRASIL NESTA ÁREA?

EF: Em um contexto mundial, o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, o segundo produtor mundial de etanol e o primeiro em etanol de cana-de-açúcar. O etanol brasileiro é considerado um biocombustível avançado nos Estados Unidos, produtor de etanol a partir do milho. A quantidade de empregados no setor nacional é de aproximadamente 1 milhão de pessoas.

Com a implementação do Acordo de Paris, a meta é chegar a 50 bilhões de litros de etanol, com a geração de mais 750 mil novos empregos, entre diretos e indiretos. Para tanto, estimamos ser necessário construir aproximadamente 75 novas unidades produtoras de etanol, com investimentos de aproximadamente US$ 40 bilhões.

Em termos de emissões de GEEs, estima-se uma redução da ordem de 570 milhões de toneladas de CO_2 eq. Tomando por base 2012, isso equivale a cerca de três vezes o total emitido pelo uso de combustíveis fósseis no setor de transportes (200 milhões de toneladas de CO_2 eq.) e no desmatamento de florestas (175 milhões de toneladas de CO_2 eq.). Para atingirmos a mesma economia de CO_2 ao longo de vinte anos, seria preciso o plantio de 4 bilhões de árvores nativas.

Para valorizar ainda mais a imagem do etanol no mercado internacional, firmamos uma parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). O projeto visa garantir o reconhecimento do etanol de cana-de-açúcar como um biocombustível diferenciado do ponto de vista do ambiente, da produção e da competição com alimentos. Nesse sentido, participamos de diversos eventos para defender os interesses do setor e promover o produto nos Estados Unidos, na União Europeia e na Ásia.

COMO OLHAR PARA A INICIATIVA PLATAFORMA PARA O FUTURO EM TERMOS DE MOBILIZAÇÃO INTERNACIONAL?

EF: Nosso olhar é de aprovação, já que o Brasil está criando um mecanismo global para consolidar os biocombustíveis avançados no mundo como uma solução sustentável e viável para contribuir com as metas de mudança do clima. É um movimento mundial que vai ao encontro da agenda da UNICA no Brasil.

PODEM ESTAR EM SURGIMENTO CENÁRIOS NACIONAL E INTERNACIONAL INTERESSANTES PARA O ETANOL BRASILEIRO?

EF: Acreditamos que já surgiu, apesar das inseguranças geradas pela recente eleição de Donald Trump como presidente dos EUA. Sentimos a volta da agenda do clima como prioridade entre países desenvolvidos e emergentes no mundo. E, nesse contexto, o etanol, principalmente o de cana-de-açúcar, é a alternativa mais sustentável tanto do ponto de vista ambiental, quanto do econômico, com tecnologia já disponível no mundo. Cabe lembrar que os transportes representam, hoje, entre 20% e 25% de todas as emissões globais.

TEMOS, NO CURTO PRAZO, DIFICULDADES PARA ALAVANCAR A PRODUÇÃO E OS INVESTIMENTOS EM CANA-DE-AÇÚCAR?

EF: Por alguns anos, uma grande crise arrastou-se e deixou sequela negativa na atividade sucroenergética. Não vemos uma recuperação no curto prazo. Estamos com a produção de cana ao redor de 600 milhões de toneladas, para uma capacidade total de 700 milhões de toneladas. Investidores e empresários brasileiros, independentemente do setor, perderam a confiança na economia. A falta de estabilidade de regras trouxe insegurança. Por esse motivo, reafirmamos a urgência de ações de incentivo para a retomada dos investimentos. Isso deve acontecer rapidamente, principalmente em capacidade produtiva.

Em termos de inovação e tecnologia, podemos afirmar que o setor não ficou parado. São investidos anualmente cerca de R$ 200 milhões para garantir o desenvolvimento de variedades de cana com maior produtividade, tradicionais ou baseadas em inovações biotecnológicas. Podemos citar o

> “EM TERMOS DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA, PODEMOS AFIRMAR QUE O SETOR NÃO FICOU PARADO.”

> “O SETOR JÁ DEMONSTROU NO PASSADO RÁPIDA CAPACIDADE DE RESPOSTA QUANDO OS INCENTIVOS ECONÔMICOS ESTAVAM PRESENTES.”



exemplo do biocombustível celulósico (etanol 2G), feito a partir da celulose do bagaço e da palha. Projetos como este são fundamentais para garantir qualidade e abastecimento do biocombustível no futuro e devem ser contínuos.

O setor já demonstrou no passado rápida capacidade de resposta quando os incentivos econômicos estavam presentes. Não vemos por que não podemos vislumbrar uma nova onda de investimentos. Mas, para isso, precisamos de regras claras e estáveis.

A TECNOLOGIA SERÁ VITAL PARA HAVER OS GANHOS DE PRODUTIVIDADE SEJA NO CAMPO OU NA INDÚSTRIA?

EF: Com toda certeza. No etanol de segunda geração, a produção poderá dobrar sem utilizar terras ou águas adicionais. No campo, temos uma série de inovações, com ênfase em melhoramento genético. As tecnologias disruptivas também trarão enormes benefícios econômicos para a atividade, tais como a cana transgênica, resistente a insetos, e as sementes artificiais, que deverão revolucionar o plantio da cana. Inovações tecnológicas na indústria de motores automotivos também serão relevantes nos próximos anos, como a melhoria do desempenho do etanol nos motores *flex* e, mais no médio prazo, novas tendências, como os carros híbridos e as células de combustível baseadas em etanol. ■

FRASES & COMENTÁRIOS

"Pesquisa mostra que, atualmente, a área com algum tipo de adoção de sistema iLPF no Brasil abrange 11,5 milhões de hectares. Os estados que se destacam em área de adoção são: Mato Grosso do Sul, com 2 milhões de hectares; Mato Grosso, com 1,5 milhão; e Rio Grande do Sul, com 1,4 milhão."

Estudo patrocinado pela Rede de Fomento à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, elaborada pelo Kleffmann Group, com acompanhamento técnico da Embrapa Meio Ambiente (SP)

"Conectar o produtor rural a *start-ups* que oferecem soluções práticas para reduzir os custos de produção, aumentar a produtividade, agregar valor ao que é produzido, facilitar o escoamento e a comercialização, simplificar o financiamento agrícola e melhorar as condições do seguro rural."

RUI PRADO, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), durante o lançamento do *hub* pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (SENAR-MT) e pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA)

"As utilidades da soja vão muito além das alimentações humana e animal. Seus derivados, além do óleo refinado e da margarina, são utilizados, inclusive, para a fabricação de tintas, cosméticos, medicamentos, utilidades domésticas e alimentos alternativos. Há muito potencial para agregação de valor."

DILCEU SPERAFICO, deputado federal (PR-PR) e membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

"A melhoria do processo de gestão da atividade rural, acrescida do maior acesso ao seguro rural e a outros instrumentos de garantia de renda, pode ajudar o produtor a lidar com adversidades como intempéries climáticas."

JOÃO MARTINS, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), durante a abertura do 2º Seminário Nacional do Projeto Campo Futuro, em Brasília-DF

"O campo tem uma dinâmica diferente do trabalho nas cidades. A legislação deve prever situações da época de preparo do solo, plantio, colheita, manejo produtivo e engorda da pecuária. O trabalhador precisa ter uma carga horária mais extensa, mas com a garantia de compensação."

CIDINHO SANTOS, senador (PR-MT) e autor do projeto para flexibilizar a Lei nº 5.889/ 1973, com o objetivo de modernizar as normas trabalhistas no campo



MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO

"Temos a agricultura mais sustentável do mundo. As áreas de produção no Brasil precisam ter, no mínimo, 20% de Reserva Legal. Todos os córregos e rios são protegidos por legislação, e há, mais ainda, a consciência dos produtores de que devemos preservar a flora e a fauna."

BLAIRO MAGGI, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

"Com grandes extensões de terra com aptidão para uso sustentável, o Brasil concentra todas as condições para se tornar líder mundial em intensificação baseada em tecnologias 'poupa-recursos', de baixa emissão de carbono e em ganhos na produtividade da terra."

MAURÍCIO LOPES, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Depoimentos durante a 22ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, em Marrakech, no Marrocos

CAINDO NA REAL

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

LENTAMENTE, A realidade dos fatos econômicos impõe-se aos delírios otimistas que pautaram o início do governo Temer. Após o encerramento do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, economistas e empresários passaram a traçar cenários róseos para a economia brasileira. O quadro estabelecido naquele momento ensejava que o pior havia ficado para trás e que a mera transição política seria suficiente para lançar as bases para a recuperação da economia brasileira. As bases desse otimismo foram calçadas por projeções que indicavam queda da inflação e, por consequência, da taxa de juros, o que proporcionaria estímulos à demanda agregada na nossa economia. Esse processo levaria a uma recuperação do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no final deste ano, com boas perspectivas de crescimento para 2017.

O fenômeno desse delírio otimístico já ocorreu em outros momentos no passado no Brasil. Nesse sentido, fato similar ocorreu quando o ex-presidente Collor, atravessando um processo de *impeachment*, abandonou o poder, assumindo em seu lugar o vice-presidente, Itamar Franco. As sequelas deixadas pelo Plano Collor, associadas ao caos econômico que o País vivenciava, criaram um ambiente político



SHUTTERSTOCK

insustentável para o ex-presidente Collor. Quando o vice, Itamar Franco, assumiu, formaram-se expectativas extremamente positivas quanto ao futuro do País (embora muitos desconhecessem completamente a figura que assumia o poder). Essa onda de otimismo traduziu-se em um espasmo sobre a economia brasileira, que viveu uma curta lua de mel. No entanto, passados alguns meses, ficou claro para a sociedade que os problemas econômicos ainda persistiam de forma grave, com a inflação em patamares cada vez mais elevados. A grave situação econômica naquele período rapidamente erodiu o otimismo que se formara nos primeiros meses após a saída de Collor do poder. Apenas a implementação do Plano Real, iniciada em fins de 1993, trouxe alguma perspectiva positiva.

A mecânica do otimismo sem grandes fundamentos pode ser adaptada para a realidade atual. Em poucos meses, está ficando patente para a sociedade brasileira que os problemas econômicos estão longe de serem solucionados. Ainda que a qualidade da equipe e da gestão de política econômica do governo Temer seja significativamente superior à das da ex-presidente Dilma, aquelas não têm capacidade ou elementos suficientes para solucionar as distorções e o descaso de anos que foram gerados na economia brasileira.

Nesse sentido, está evidente que a recuperação da atividade econômica brasileira está muito aquém do que seria esperado para este momento: o desemprego continua em alta, a indústria segue patinando, e o consumo permanece estagnado. Isso decorre do fato de que o Governo não dispõe de instrumentos concretos para reativar a demanda agregada neste momento: o ajuste fiscal impede qualquer política expansionista, enquanto a política monetária ainda se debate com a inflação em alta.

De forma similar, o ritmo de alta dos preços permanece acelerado, mantendo o patamar inflacionário em alta. Era esperado que o grau da recessão em curso no País neste momento gerasse uma trajetória de queda mais rápida da inflação, o que não vem ocorrendo. Com isso, a taxa de juros caiu timidamente e corre sério risco de ter seu ciclo de queda abreviado caso novas surpresas inflacionárias ocorram no início do ano. Isso significa que o estímulo monetário, via redução da taxa de juros, será lento, o que limitará o potencial de se aumentar a demanda agregada por esse canal.

Ao mesmo tempo, a resolução dos problemas estruturais na nossa economia que dependem de aprovação no Congresso ainda segue em ritmo lento. Após um bom início e o avanço da PEC nº 241, o Governo ainda segue em banho-maria com a reforma da previdência. Com isso, o atual déficit público segue sem um equacionamento rápido, o que começa a se refletir na expectativa dos agentes. Note-se que a questão fiscal ganha contornos mais graves em outras esferas de governo, que têm sofrido duramente com a queda da arrecadação por conta da recessão.

A somatória desses elementos sugere que os problemas da economia brasileira estão longe de serem resolvidos. Essa realidade tem se imposto de forma cada vez mais dura sobre aqueles que se mostraram excessivamente otimistas alguns meses atrás. De qualquer forma, pelo menos o direcionamento da política econômica é correto. Contudo, os frutos só serão colhidos mais adiante. ■

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

PENDÊNCIA NO CENSO AGROPECUÁRIO

O último Censo Agropecuário do IBGE foi feito em 2006. Os dados deveriam ter sido atualizados depois de cinco anos, mas isso não foi realizado. Um novo levantamento estava programado para 2017, mas foi cancelado, devido a cortes de recursos determinados pela equipe econômica do Governo. No Senado, a presidente da Comissão de Agricultura, a senadora Ana Amélia (PP-RS), propôs emenda da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ao Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA), em favor da sua realização.

O orçamento para fazer esse trabalho é de cerca de R$ 1,15 bilhão. Deste total, R$ 850 milhões serão destinados à contratação de 82 mil servidores temporários, dos quais 62 mil serão recenseadores, que recebem por produção. Para as despesas com locomoção, treinamentos e processamento de dados, serão necessários outros R$ 300 milhões. Munidos de *tablets*, os recenseadores visitarão 5,3 milhões de estabelecimentos rurais. Cada produtor rural responderá a um questionário desenvolvido em 284 telas, o qual, se impresso, teria 24 páginas e 49 quadros.

LEI NACIONAL DE PROTEÇÃO DAS CULTIVARES

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) pretende analisar e aprovar o Projeto de Lei nº 827/2015, sobre proteção de cultivares, até o final deste ano na Comissão Especial e no Plenário. O documento contempla todas as partes interessadas (obtentores, multiplicadores e produtores), além de entidades como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Seu relator é o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT). A legislação proposta visa implantar um modelo de desenvolvimento científico que privilegia a pesquisa, a livre iniciativa, a segurança jurídica e a eficiência produtiva, para o desenvolvimento e a competitividade da agropecuária brasileira.

PERDAS DE ALIMENTOS

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), cerca de 1 bilhão de toneladas de alimentos produzidos no mundo é desperdiçado a cada ano. Isso gera um prejuízo de US$ 750 bilhões. No Brasil, pesquisas realizadas pela Embrapa Agroindústria de Alimentos apontam perdas médias de 30% a 35%, sendo 54% na fase inicial da produção, na manipulação após a colheita e no armazenamento. Os outros 46% acontecem nas etapas de processamento, distribuição e consumo, em função de o manuseio inadequado prejudicar a qualidade do produto até chegar às prateleiras dos supermercados e às feiras.

PROPOSTA DE NOVO MODELO PARA O SEGURO RURAL

O Grupo de Trabalho (GT) do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), coordenado pelo ex-ministro da Agricultura Alysson Paolinelli, terá até janeiro de 2017 para apresentar a proposta de um modelo nacional mais moderno e eficiente de seguro rural. Com muito diálogo e negociação entre a área econômica do Governo e o setor produtivo, o GT, criado em 29 de julho último pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tinha inicialmente o prazo de noventa dias para entregar o estudo.

ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP

BOA OU RUIM PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO?

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

KELLEN SEVERO
Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

A ELEIÇÃO de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos será um dos fatos políticos mais marcantes de 2016. A notícia, que sacudiu o mercado financeiro no mundo todo, também impactou o Brasil, quando, na semana posterior à confirmação da vitória do republicano, o dólar embalou uma alta de quase 9%. A turbulência que a vitória criou nos mercados não decorreu simplesmente do fato de ter contrariado a quase totalidade das pesquisas de opinião e as projeções de diversos analistas, mas porque gerou (e ainda há) grande incerteza a respeito de quais devem ser as linhas gerais das políticas do novo presidente norte-americano. E o agronegócio brasileiro? De que forma a gestão Trump pode impactar o universo agro aqui no Brasil?

DIANTE DA INCERTEZA, OS MERCADOS BALANÇARAM

O período imediatamente posterior à confirmação da eleição do candidato republicano Donald Trump foi marcado por grande incerteza, refletida na queda de diversas bolsas de valores, na valorização de ativos considerados mais seguros, tais quais o dólar, o iene e o ouro, e na perda de valor das moedas de países emergentes, inclusive o real brasileiro, mas com especial destaque para o peso mexicano. Por trás dessa incerteza, entre outros motivos, há o fato de que ainda não está claro qual será o perfil da política econômica do novo presidente norte-americano.

POLÍTICA FISCAL EXPANSIONISTA E PRESSÃO SOBRE A TAXA DE JUROS

Do lado da política fiscal, Trump tem dado claros sinais de que, de um lado, aumentará os gastos públicos, tanto em infraestrutura, quanto no Departamento de Defesa, e, de outro, reduzirá impostos, possivelmente sobre as empresas e as pessoas físicas das faixas de renda mais altas. Embora a expansão dos gastos deva gerar impactos mais intensos do que a redução dos impostos, ambas as medidas devem aquecer a economia

SHUTTERSTOCK



norte-americana, gerando empregos, pressão sobre os salários e inflação.

Entretanto, uma vez que o governo norte-americano já está operando com um nível de gastos superior à sua arrecadação (o déficit primário dos Estados Unidos será de aproximadamente US$ 713,7 bilhões neste ano), a combinação de expansão de gastos e corte de impostos levará inevitavelmente à elevação da sua dívida pública (que já está em um patamar equivalente a 107% do PIB). Com a expansão da dívida em ritmo superior àquele observado nos últimos quatro anos, associado a uma inflação acelerada, haverá uma maior pressão para que a taxa de juros norte-americana suba em uma velocidade ou intensidade acima da esperada inicialmente – o que, no curto prazo, pode não ser uma má notícia para a economia mundial.

JUROS MAIS ALTOS, DÓLAR MAIS FORTE, *COMMODITIES* MENOS ATRAENTES

A elevação – na verdade, a simples perspectiva de elevação – da taxa de juros norte-americana traz diversos impactos para os preços das *commodities* agrícolas:

- Como, no mercado internacional, as *commodities* são precificadas na moeda norte-americana, a elevação da taxa de juros e a consequente valorização do dólar forçam o preço das *commodities* para baixo, para que mantenham o seu valor "real";

- Como as *commodities* são uma classe de ativo financeiro, a maior rentabilidade dos títulos da dívida norte-americana faz com que estes papéis atraiam recursos aplicados em ativos associados às *commodities*, pressionando para baixo as suas cotações;

- A dinâmica anterior também vale para as moedas, notadamente, de países emergentes, como o Brasil. Logo, com a depreciação do real, os preços dos produtos agrícolas no mercado brasileiro tendem a subir mais do que compensando o ajuste nas cotações internacionais.

As incertezas geradas pela vitória de Donald Trump não ficaram limitadas às políticas macroeconômicas, mas avançaram fortemente sobre qual deve ser o novo desenho da política comercial norte-americana. Na realidade, é possível afirmar que a maior fonte de incerteza esteja justamente nos impactos que o comércio internacional poderá sofrer com um governo norte-americano de viés mais protecionista.

COMÉRCIO INTERNACIONAL: TALVEZ A MAIOR DAS INCERTEZAS

Além dos impactos via política econômica e mercado financeiro, as incertezas com relação ao governo Trump também atingem o agronegócio via comércio internacional. O novo presidente republicano tem emitido sinais de que adotará uma política mais protecionista, ameaçando, inclusive, rever os acordos tanto do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), quanto do Acordo Transpacífico (TPP). Além disso, foram ventiladas por Trump as possibilidades de sobretaxar importações do México e da China. Se confirmados esses cenários, há chances de o Brasil aproveitar o espaço deixado a partir dessas mudanças e aumentar a inserção no comércio internacional. O agronegócio brasileiro, que é pouco beneficiado por acordos de livre-comércio, poderia encontrar uma brecha nas barreiras protecionistas de Trump para que outros países compradores voltassem a atenção para cá em busca de *commodities*.

Uma das preocupações mais prementes entre os setores do agronegócio brasileiro é a pecuária, que fechou, no último ano, o acordo para exportação de carne bovina *in natura* para os Estados Unidos, depois de longos quinze anos de negociações. No entanto, talvez não haja retrocesso no comércio estabelecido entre os países, uma vez que o Brasil não está entre as prioridades da pauta anunciada nos discursos de Donald Trump.

Por fim, é bom lembrar que o agronegócio brasileiro não registrou crescimento vertiginoso no comércio com os Estados Unidos nos últimos oito anos, com o governo Barack Obama. Logo, é razoável supor que, ao menos até o momento, não há grandes preocupações com possíveis efeitos deletérios do governo Trump para a pauta agrícola brasileira. Todavia, a incerteza ainda é grande; temos que permanecer atentos. Ao final, é possível que o agronegócio brasileiro tenha até mais fatores para comemorar do que para lamentar. ■

PECUÁRIA DE LEITE

GANHO TECNOLÓGICO NA CADEIA PRODUTIVA

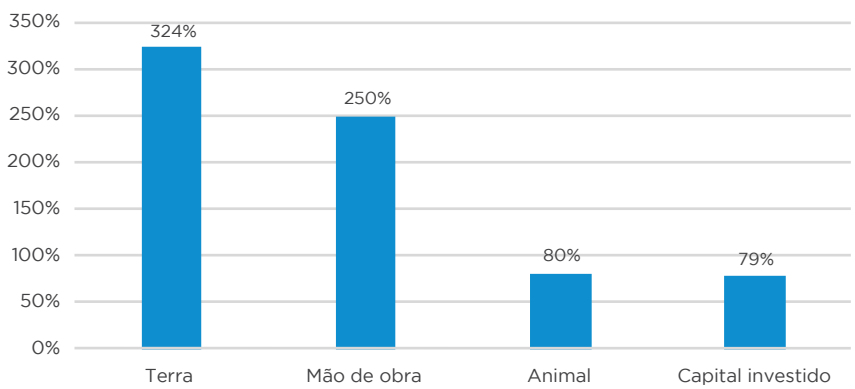
JOÃO CESAR DE RESENDE[1] DENIS TEIXEIRA DA ROCHA[2]
PAULO DO CARMO MARTINS[1] VINÍCIUS DE MACEDO RIBEIRO[3]

O PRINCIPAL resultado esperado da interação entre as diversas tecnologias incorporadas por um sistema agropecuário manifesta-se na elevação da produtividade dos fatores de produção. No caso da pecuária de leite, algumas tecnologias são capazes de atuar mais pontualmente na produtividade de determinado fator produtivo, embora nenhuma tecnologia manifeste seu efeito total se não interagir positivamente com outras.

Desde 1977, pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) acompanham a introdução de tecnologias em uma fazenda típica de produção de leite de Minas Gerais. No início, a ordenha era manual, o rebanho era de pouca genética e as pastagens eram nativas e sem qualquer fertilização – um sistema rudimentar, mas representativo para o pacote tecnológico disponível na época. Ao longo de quase quarenta anos, as principais inovações tecnológicas foram gradativamente introduzidas nesta fazenda. O padrão genético do rebanho evoluiu, as pastagens passaram a ser adubadas, os manejos nutricional e sanitário do rebanho foram aperfeiçoados e alguns processos foram mecanizados. O efeito destas mudanças fez crescer a produtividade geral dos fatores (Figura 1), em especial na produtividade da terra (324%) e da mão de obra (250%), indicando que o sistema foi forçado a explorar mais intensivamente fatores de oferta mais escassa e maior elevação nos preços relativos.

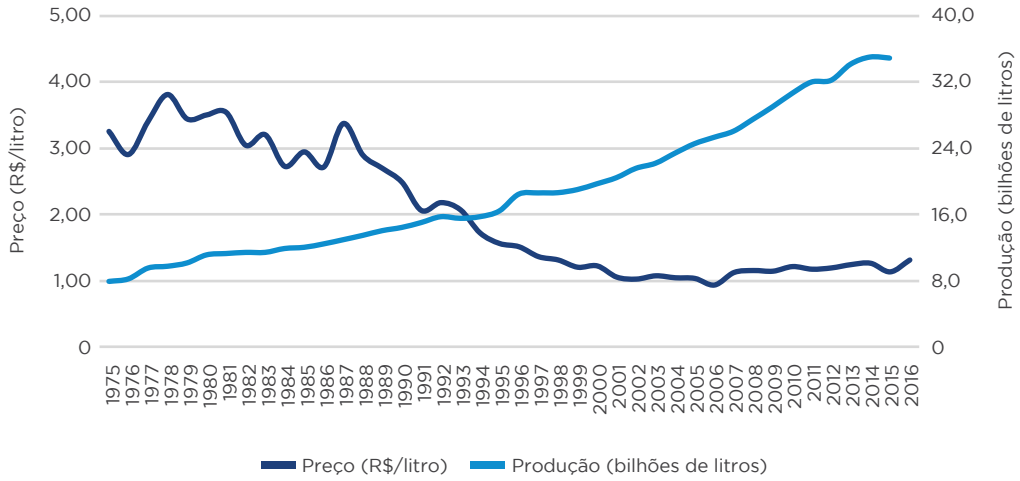
O que aconteceu nesta fazenda pode ser extrapolado também para o setor produtivo de leite no Brasil. A modernização tecnológica permitiu que as fazendas se tornassem mais eficientes no uso dos fatores de produção. O resultado dessa otimização traduziu-se em redução geral dos custos de produção, permitindo aos produtores aumentarem a produção, mesmo com preços cada vez mais baixos (Figura 2).

FIGURA 1 - CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE DOS FATORES EM FAZENDA DE LEITE ACOMPANHADA PELA EMBRAPA
(ENTRE 1977 E 2016)



Fonte: Embrapa Gado de Leite

FIGURA 2 - BRASIL: PREÇOS REAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES E PRODUÇÃO DE LEITE ENTRE 1975 E 2016
(CORREÇÃO PELO IGP-DI PARA OUTUBRO DE 2016)



Fonte: IEA; IBGE; FGV (2016)

Uma análise da evolução dos preços reais do leite no Brasil mostra que, a partir de meados dos anos 70 do século passado, os produtores passaram a receber preços decrescentes pelo leite vendido. O preço médio por litro recuou de R$ 3,82 para R$ 1,31 entre 1978 e 2016, uma queda de 66%. Por outro lado, a produção nacional de leite cresceu mais de 2,5 vezes no mesmo período, indicando que o avanço tecnológico foi capaz de reduzir os custos de produção, mantendo ou, até mesmo, aumentando a margem de rentabilidade dos produtores.

Essa evolução foi possível devido, principalmente, ao aumento considerável da produtividade dos fatores oriundo da interação positiva das diversas tecnologias incorporadas pelo processo de produção. Outros fatores, no entanto, contribuíram para essa trajetória de queda, fato que aconteceu também em outras cadeias produtivas do agronegócio, como, por exemplo, as de arroz, boi gordo, suínos, aves, milho e soja. Nestas duas últimas, essa queda foi importante por se tratar de itens relevantes no custo de produção do leite.

No caso específico do leite, houve, também, a melhoria nas condições gerais de logística a partir da granelização da coleta e de uma maior capacidade de carga dos caminhões. Outro fator importante foi a melhoria na gestão da atividade com a cultura de se registrarem e organizarem informações técnicas e financeiras adotada em muitas fazendas, além do acesso mais democrático dos produtores a informações técnicas e de mercado. Além disso, o final do controle de preços pelo Governo a partir de 1991 e a abertura do mercado forçaram a modernização e a queda dos custos, já que as fazendas tiveram de produzir em um ambiente cada vez mais competitivo.

Entretanto, nenhum desses eventos por si só seria suficiente para elevar a competitividade do setor se não ocorresse a modernização tecnológica. No final, ganharam, sobretudo, os consumidores que passaram a ter acesso a mais leite e derivados de melhor qualidade e menores preços, graças à transferência do ganho tecnológico obtido pelos produtores e que beneficiou toda a cadeia produtiva. Apesar dos avanços, o setor ainda está tecnologicamente muito aquém do padrão internacional. ■

1 Pesquisadores da Embrapa Gado de Leite
2 Analista da Embrapa Gado de Leite
3 Bolsista da Embrapa Gado de Leite

AÇÚCAR E ETANOL

MERCADO EM RECUPERAÇÃO

PLINIO M. NASTARI
Presidente da DATAGRO Consultoria

NA SAFRA atual (2016/17), pode-se resumir a situação do setor de açúcar e etanol como tecnicamente em recuperação, tendo já abandonado a respiração artificial. A condição de mais alívio está relacionada à recuperação do preço do açúcar no mercado internacional – saiu do patamar de US$ 0,16 por libra-peso, no final de setembro de 2015, para cerca US$ 0,23 por libra-peso, atualmente. A elevação do preço ocorre com o término de cinco anos de superávits no balanço entre oferta e demanda mundiais e o início de um período de pelo menos dois anos de déficit. Em termos acumulados, é o maior déficit registrado na história, atingindo quase 16 milhões de toneladas de açúcar cru equivalente nos anos comerciais de 2015/16 e 2016/17 (outubro a setembro).

Apesar dos preços mais elevados de açúcar, que arrastam consigo o etanol, o setor ainda sofre as sequelas da crise causada pela intervenção nociva do governo federal nos preços e na política fiscal aplicada à gasolina. Durante quase seis anos, o Governo subsidiou o preço da gasolina e reduziu a zero o valor do tributo diferenciador da gasolina e do etanol, denominado Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), tendo apenas recentemente recuperado de forma parcial o seu valor em termos reais.

O preço do açúcar subiu, pois, no curto prazo, o Brasil atingiu o limite de sua capacidade de ofertar açúcar no mercado. O mercado tenta, assim, descobrir o preço que deve estimular a oferta da tonelada marginal. Com esse preço mais elevado, aumenta o número de grupos econômicos que passam a ser capazes de gerar resultado suficiente para cobrir os juros da dívida acumulada, estimada em cerca de 116% da receita em reais por tonelada de cana, na média do setor.

No entanto, na falta do estabelecimento de uma política transparente e previsível que norteie como se dará a competitividade do etanol com a gasolina no longo prazo, continuam inexistentes as condições para uma retomada nos investimentos em expansão da capacidade de moagem.

Na safra 2016/17, estimamos, para o somatório das regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, a moagem de cana em 647 milhões de toneladas de cana e a produção em 37,85 milhões de toneladas de açúcar e 27,13 bilhões de litros de etanol. Para o próximo ano, estimativas preliminares indicam uma disponibilidade de matéria-prima em torno deste volume, podendo ser até um pouco menor, a depender do clima. Considerando o tempo necessário para a maturação de novos investimentos, é preocupante a inexistência de condições que levem a uma retomada

> “NA SAFRA 2016/17, ESTIMAMOS, PARA O SOMATÓRIO DAS REGIÕES CENTRO-SUL E NORTE-NORDESTE, A MOAGEM DE CANA EM 647 MILHÕES DE TONELADAS DE CANA E A PRODUÇÃO EM 37,85 MILHÕES DE TONELADAS DE AÇÚCAR E 27,13 BILHÕES DE LITROS DE ETANOL.”

SHUTTERSTOCK



do crescimento desse setor. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) estima um déficit de 410 mil barris por dia no mercado de combustíveis do ciclo Otto até 2030. Este volume representa 23,79 bilhões de litros de anidro equivalente ou 33,99 bilhões de litros de hidratado equivalente num prazo de apenas quatorze anos, ou dois ciclos de cana à frente.

Adicionalmente, deve-se levar em conta que: o canavial está mais envelhecido, requerendo investimentos agrícolas relevantes para a sua recuperação; o mercado de açúcar é caracterizado por ciclos; e preços mais elevados devem resultar em estímulo à expansão em outras geografias, o que inevitavelmente irá se transformar em inversão do quadro de déficit para superávit, dentro de poucos anos.

A bioeletricidade, que representa o terceiro tripé de sustentação do setor de açúcar e etanol, continua sem um mecanismo que valorize o menor investimento em linhas e a menor perda na transmissão, em relação a outras fontes de eletricidade.

É lamentável que pouca atenção esteja sendo dada à importância do estabelecimento de uma política pública consistente para este setor, que leve em conta a relevante contribuição que tem oferecido para o desenvolvimento econômico descentralizado. São inúmeros os trabalhos que comprovam o efeito positivo que o seu desenvolvimento tem trazido à renda *per capita* dos municípios em que se instala e a diversificação que gera no comércio e na indústria locais.

No momento em que surgem novas tecnologias automotivas que valorizam a elevada octanagem e o elevado teor de hidrogênio dos combustíveis líquidos, ambas características nas quais o etanol tem grande destaque em relação aos combustíveis tradicionais, causa estranheza que o Brasil esteja deixando às minguas um setor que tanta contribuição trouxe para a geração de emprego e renda.

Na falta de uma política geral que internalize no preço de mercado do etanol suas vantagens energéticas e ambientais, o setor privado luta para viabilizar a introdução de novas tecnologias que permitam um novo ciclo de aumento de produtividade, revertendo os efeitos deletérios da falta de recursos em tratos culturais. O paciente saiu da UTI e entrou na unidade de tratamento semi-intensivo. Tomara que ele tenha tempo para progredir para a enfermaria e não retorne mais à UTI. ■

MERCADO DE SOJA

BALANÇO E EXPECTATIVAS PARA A SAFRA 2016/17

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

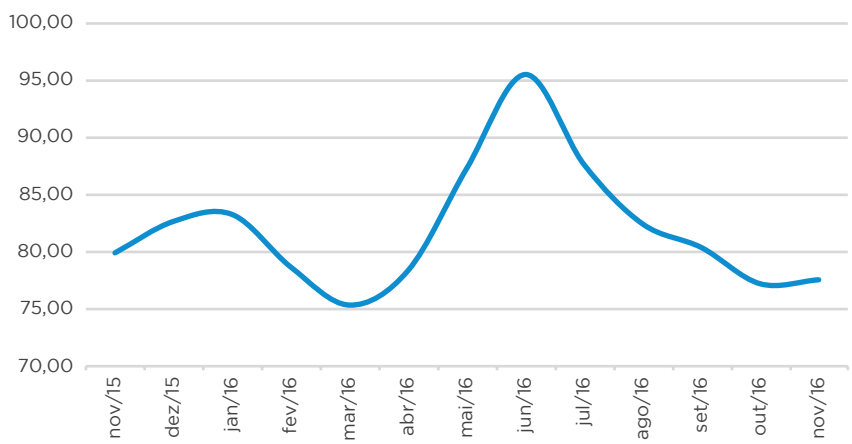
A EXPECTATIVA de um clima mais favorável na safra 2016/17 sinaliza uma rentabilidade melhor para a cultura de soja, com estimativas médias de lucro de R$ 915,79 por hectare, no Mato Grosso, e R$ 1.440,66 por hectare, no Paraná.

O mercado de soja em 2016 foi marcado pela influência da supersafra norte-americana e pela taxa de câmbio. Com relação ao clima, o cenário foi favorável nos Estados Unidos, mas bastante negativo no Brasil.

De março a junho, os preços subiram em valores reais em função, basicamente, de dois fatores: primeiro, a produção brasileira na safra 2015/16 foi menor em função do clima adverso; segundo, houve a chegada da entressafra e a menor disponibilidade do produto no mercado interno. Durante junho, a saca de 60 quilos bateu R$ 95,00 em Paranaguá-PR.

A partir daí, a expectativa de recorde na produção norte-americana (2016/17) pesou mais fortemente no declínio das cotações nas bolsas internacionais, com reflexo direto nos preços praticados no Brasil.

PARANAGUÁ-PR: PREÇO DA SOJA SEM O FRETE
(R$ POR SACA DE 60 QUILOS)



Fonte: Scot Consultoria

Nesse período, com a queda do dólar em relação ao real, aumentou a pressão de baixa no mercado brasileiro, com a saca retornando a patamares próximos de R$ 77,00 por saca em Paranaguá.

Recentemente, em meados de outubro e novembro, a forte demanda mundial pela soja norte-americana fez os preços em dólares subirem. A alta no mercado internacional, porém, teve pouca repercussão sobre as cotações no mercado brasileiro, com baixa movimentação neste final de ano.

A maior produção nos Estados Unidos na temporada 2016/17 deverá ser o fator limitante para os aumentos de preços. A questão da oferta maior, porém, já foi precificada nos últimos meses, com quedas fortes dos preços em dólares.

Com a colheita praticamente concluída em novembro, a safra norte-americana foi estimada em 118,69 milhões de toneladas, frente a 106,86 milhões de toneladas colhidas em 2015/16. A expectativa é de preços ao redor de US$ 10,00 por *bushel*, ou seja, abaixo dos US$ 11,00 – US$ 11,50 por *bushel* na safra passada.

Com os preços pressionados para baixo, diminuiu a comercialização antecipada do grão. No Mato Grosso, até o final da primeira quinzena de novembro, 36,3% da soja da safra 2016/17 foram negociados para entrega futura. Para uma comparação, na safra passada, nesse mesmo período, mais da metade da produção (53,1%) havia sido comercializada antecipadamente.

No Paraná e no Rio Grande do Sul, a comercialização da safra 2016/17 não chegou a 20,0% até meados de novembro, segundo o Departamento de Economia Rural do Paraná (DERAL) e dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS).

Agora, fica a expectativa com relação às exportações e à demanda mundial aquecida, como fatores de sustentação dos preços contra a maior disponibilidade na temporada pesando negativamente sobre as cotações.

MÉDIO-NORTE DO MATO GROSSO: RENTABILIDADE MÉDIA POR HECTARE DE SOJA

PARÂMETROS	Unidade	2015/16	2016/17*
Custo de produção	R$/ha	2.961,28	2.533,37
Produtividade média	Sacas/ha	48,17	53,55
Preço de venda	R$/saca	69,03	64,41
Receita	R$/ha	3.325,15	3.449,16
Lucro	R$/ha	363,87	915,79
Rentabilidade	%	3,69	9,29

* Estimativa
Fonte: IMEA; Scot Consultoria

PONTA GROSSA: RENTABILIDADE MÉDIA DA SOJA

PARÂMETROS	Unidade	2015/16	2016/17*
Custo de produção	R$/ha	3.121,76	2.965,67
Produtividade média	Sacas/ha	52,15	58,17
Preço de venda	R$/saca	78,91	75,75
Receita	R$/ha	4.115,16	4.406,33
Lucro	R$/ha	993,40	1.440,66
Rentabilidade	%	3,60	5,20

* Estimativa
Fonte: DERAL; Scot Consultoria

RENTABILIDADE

A perspectiva de queda de preço foi acompanhada da queda do custo de produção – de 14,5% na temporada 2016/17 frente à de 2015/16 –, com os menores preços dos fertilizantes.

Com o clima favorável, espera-se, também, uma produtividade média melhor nesta temporada, frente à passada. Com isso, a rentabilidade média da cultura deverá melhorar em 2016/17. Com base no capital médio (capital imobilizado em maquinários, benfeitorias e terra), estima-se uma rentabilidade de 9,29% no Mato Grosso, frente a 3,69% no ciclo que se encerrou. O lucro por hectare está estimado em R$ 915,79 na safra atual.

Fazendo a mesma análise para a região de Ponta Grossa, no Paraná, a estimativa é de uma rentabilidade média de 5,20% em 2016/17, frente a 3,60% na safra passada. O lucro esperado é de R$ 1.440,66 por hectare. A queda nos custos de produção e a previsão de melhoria na produtividade média têm pesado mais do que a queda no preço da soja.

Para o agricultor, a sugestão é aguardar para negociar a safra 2016/17. Além da pressão da safra maior nos Estados Unidos, a partir de janeiro de 2017 o mercado deverá perder sustentação com a colheita no Brasil – isso considerando um cenário de normalidade de clima.

Historicamente, o mercado tende a se firmar entre maio e agosto, em função da entressafra no Brasil – que, neste período, está se preparando para semear a nova safra – e de os Estados Unidos estarem com as lavouras em fase de desenvolvimento.

Agora, vale a pena ficar de olho no câmbio. O dólar pode, pontualmente, oferecer oportunidades de comercialização da produção. Até a colheita brasileira começar, há muita água para rolar. ■

SHUTTERSTOCK





SHUTTERSTOCK

CADERNO ESPECIAL: CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ

CAFÉ BRASILEIRO COM O TPP



Silas Brasileiro

A cafeicultura brasileira é intensa geradora de pauta, desde a produção, passando pelos elos do comércio, até chegar a questões políticas, institucionais e internacionais. Nos últimos dez anos, a revista ***Agroanalysis***, em parceria com o Conselho Nacional do Café (CNC), abordou essas matérias no Caderno Especial Café.

Recentemente, temas internacionais se tornaram pauta e, para abordá-los e, também, celebrar os onze anos de parceria, a ***Agroanalysis*** entrevistou o presidente do CNC, o deputado federal Silas Brasileiro*.

O Acordo de Associação Transpacífico (TPP) estabeleceu livre-comércio entre doze países da Ásia, da Oceania e das Américas do Norte e do Sul. Como ficou de fora do pacto, o café nacional pode ser prejudicado?

Silas Brasileiro Há o risco da limitação de acesso a mercados, pois fazem parte do TPP fortes concorrentes e mercados-alvo. Podemos sofrer, no longo prazo, com a concorrência de Vietnã, México e Peru, sobretudo no segmento industrial. É possível estimar uma maior industrialização no Vietnã para atender o mercado de solúvel dentro do Acordo, principalmente EUA e Japão. O café verde brasileiro não é tarifado no Japão, e, portanto, não se prevê dificuldade de acesso, mas o Acordo cria condições para Vietnã, México e Peru terem entrada privilegiada nesse mercado.

Há como compensar uma virtual perda de mercado?

SB A iniciativa da Rota da Seda – estratégia chinesa para se opor ao TPP – deve ser uma oportunidade com potencial para equilibrar o que se pode perder com o Acordo. A Rota da Seda terrestre, que conecta a China à Europa via Ásia Central, favorece a interiorização da economia chinesa, levando o hábito de beber café, mais enraizado no litoral, para as áreas centrais. Há potencial mercadológico a ser explorado, em especial nas negociações bilaterais,

PARTICIPAÇÃO NA OIC

O brasileiro Robério Silva foi reconduzido ao cargo de diretor executivo da Organização Internacional do Café (OIC) por mais dois anos e meio, após o vencimento do seu contrato, em 30 de setembro de 2016. O Conselho Internacional do Café reconheceu os importantes resultados alcançados pela entidade durante a sua gestão, no período de 2012 a 2016, principalmente no que diz respeito à ampliação da abrangência e da representatividade da Organização – consolidando-a como o principal fórum internacional para encaminhamento dos assuntos inerentes à economia cafeeira – e às reformas administrativas realizadas que levaram a maior eficiência e economicidade das ações institucionais.

como já iniciado pelo ministro da Agricultura, Blairo Maggi, em missão recente à Ásia.

Após dois anos, voltamos a pagar em dia a Organização Internacional do Café (OIC)?

SB O Brasil, líder em produção e exportação e segundo maior consumidor mundial, precisa estar em dia com a OIC para ter voz ativa no principal fórum internacional do café, que engloba as representações pública e privada das nações produtoras e consumidoras do Planeta e é de onde saem as principais decisões da cafeicultura global.

Depois de mais de um ano, o café volta a ter estrutura própria no Governo?

SB A iniciativa de descentralização dos assuntos inerentes à política cafeeira implantada na gestão anterior do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) não funcionou pelo excesso de burocracia, o que impossibilitou o desenvolvimento das políticas públicas do setor. Com a criação do Departamento de Café, Cana-de-Açúcar e Agroenergia, será possível retomar os trabalhos do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), apoiar o andamento das decisões deste e otimizar a operacionalização dos R$ 6 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). A reestruturação é importante, também, para o progresso de ações voltadas a planejamento estratégico, pesquisa e desenvolvimento, promoção e *marketing* e acordos internacionais.

*** Entrevista realizada por Paulo André C. Kawasaki**

REGIÕES EXPRESSAM DIFERENTES RESULTADOS

BRENO MESQUITA
PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DO CAFÉ DA CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA)

MACIEL SILVA
ASSESSOR TÉCNICO DA COMISSÃO NACIONAL DO CAFÉ DA CNA

As diversas características edafoclimáticas da cafeicultura resultam em variações nos sistemas de produção, nas espécies cultivadas, na qualidade e no rendimento da produção e, consequentemente, nos resultados econômicos. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com o Centro de Inteligência em Mercados da Universidade Federal de Lavras (CIM/UFLA), levantou o custo de produção em dez municípios brasileiros nas principais regiões produtoras de Arábica, classificando os sistemas de produção em irrigados e não irrigados e em manual – quando não se utilizam máquinas –, semimecanizado – quando algumas atividades, exceto a colheita, são feitas com o auxílio de máquinas – e mecanizado – com maquinário em todas as etapas.

Nas regiões de produções manual (Santa Rita do Sapucaí-MG, Caconde-SP e Brejetuba-ES) e semimecanizada (Apucarana-PR, Guaxupé-MG e Manhumirim-MG), os gastos com colheita e pós-colheita foram os que mais impactaram o Custo Operacional Efetivo (COE), correspondendo, em média, a 41% dos desembolsos. Nas regiões mecanizadas (Luís Eduardo Magalhães-BA, Monte Carmelo-MG, Capelinha-MG e Franca-SP), o maior desembolso foi com fertilizantes, que responderam, em média, por 28% do COE.

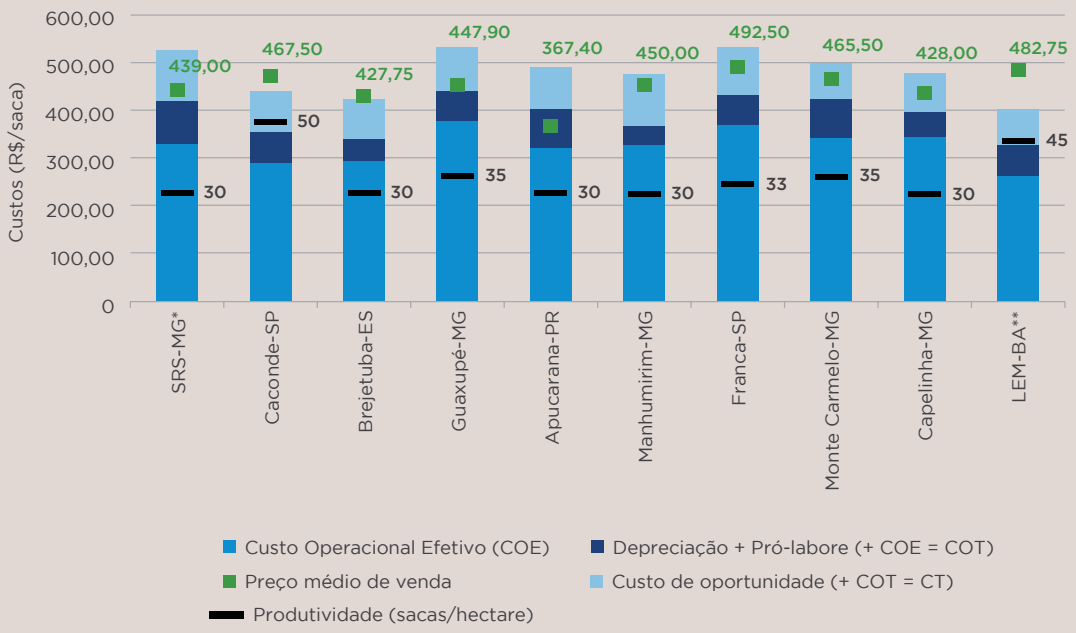
As diferentes condições de produção resultaram em variações nos Custos Totais (CT) dos municípios produtores de Arábica, que foram de R$ 401,77 por saca, em Luís Eduardo Magalhães-BA, a R$ 535,10 por saca, em Guaxupé-MG. O custo total médio em 2016 foi de R$ 480,74 por saca.

As boas condições climáticas na maioria dos municípios pesquisados contribuíram com a produtividade, que variou de 30 a 50 sacas por hectare na safra 2016. O efeito da economia de escala, aliado aos bons preços de venda nesta safra, favoreceu os resultados econômicos nas regiões com café Arábica como um todo.

De todos os levantamentos, apenas em Apucarana-PR não houve receita superior aos Custos Operacionais Totais (COT), com margem líquida negativa de R$ 33,34 por saca e prejuízo de 121,60 por saca. O maior lucro foi verificado em Luís Eduardo Magalhães-BA, de R$ 80,98 por saca, que, associado, à produtividade de 45 sacas por hectare, resultou em um lucro de R$ 3.644,04 por hectare.

Já a cafeicultura de montanha, após duas safras com problemas graves de seca e margem líquida negativa, tem a safra 2016 como esperança para a renovação da capacidade produtiva. Porém, os produtores deverão trabalhar constantemente na gestão do custo de produção e no controle do fluxo de caixa na safra 2017, que é de bienalidade negativa, e estar atentos às informações de mercado.

CAFÉ ARÁBICA: CUSTO OPERACIONAL EFETIVO E TORA, PREÇOS E PRODUTIVIDADE



* Santa Rita do Sapucaí; ** Luís Eduardo Magalhães.
Fonte: CNA; UFLA (2016)

ESCASSEZ DE CONILON E PERDA DE MERCADO



AGUINALDO LIMA
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ SOLÚVEL (ABICS)

Os recordes de exportações de café Conilon na safra 2014/15, somados às quebras das safras no Espírito Santo em 2015/16 e às incertezas de mais baixas para a safra 2016/17, criaram um cenário dramático de escassez no Brasil. O maior produtor do mundo não está conseguindo produzir Robusta suficiente para atender a demanda doméstica das indústrias de torrefação e solúvel.

Nesse mercado, há um desconhecimento do volume dos pequenos estoques remanescentes. Os produtores capixabas relutam em vender seu valioso ativo na expectativa de novas altas nas cotações. Esse quadro fez com que os preços do Conilon disparassem, a ponto de baterem recordes e, inusitadamente, superarem os do Arábica, fato nunca observado na história.

O cenário é de dificuldades e incertezas, sendo praticamente impossível comprar lotes de maiores volumes de café Robusta. Os preços dos produtos colocados à comercialização são proibitivos e inviáveis para as indústrias brasileiras de solúvel competirem com as concorrentes internacionais.

O Conilon é essencial na fabricação de café solúvel, com utilização na proporção de até 80%. Sua substituição é impraticável no rendimento industrial, pois possui uma extração de sólidos solúveis e carboidratos, na média, superior em até 30% à do Arábica. Do lado econômico, a troca significaria

SHUTTERSTOCK



o fim anunciado das exportações brasileiras e, até mesmo, o encerramento da atividade de algumas das seis indústrias em atividade no Brasil.

O complexo ambiente de escassez e desabastecimento compromete as exportações brasileiras do produto justamente quando o setor, após dez anos de estagnação, voltou a crescer. Em 2015, os embarques subiram 2,3%, e, em 2016, como fruto de vendas realizadas no ano passado, a previsão é de crescimento de mais 7%. Isso significa quase 10% em dois anos.

Para manter o fornecimento e a competitividade, volta à tona a discussão sobre a importação do Conilon, em regime de *drawback*, com isenção de impostos e a obrigatoriedade de ser unicamente utilizado para fabricação e exportação – não se permite a utilização no mercado doméstico –, pois, caso contrário, a legislação impõe a aplicação de impostos e multas pesadas pela Receita Federal, além da suspensão dos direitos de a indústria solicitar novas importações com isenções.

Desde setembro, observa-se um quadro crítico: o Conilon importado do Vietnã está mais barato do que o brasileiro. Esta diferença, em 1º de novembro, no Porto de Santos, alcançou incríveis US$ 22 por saca.

Para a indústria de solúvel brasileira, importar é a última e trabalhosa solução, porém inevitável diante da inusitada situação de desabastecimento. Para manter e ampliar o *market share* existente, é preciso atingir as metas estabelecidas pela ABICS

BRASIL: PROJEÇÃO DO DÉFICIT DE CAFÉ CONILON
(MILHÕES DE SACAS DE 60 QUILOS)

PRODUTO	Unidade	2013	2014	2015	2016
Indústria de torrefação	Consumo interno*	19,1	19,3	19,5	20,0
	Uso de Conilon: 30%	5,7	5,8	5,9	6,0
	Uso de Conilon: 40%	7,6	7,7	7,8	8,0
Indústria de café solúvel	Consumo interno e exportação	4,7	4,6	4,8	4,9
	Conilon: 80%	3,7	3,7	3,8	3,9
Exportações	Café verde Conilon	1,3	3,5	4,2	0,5
Demanda total	Projeção A mínima: 30%	10,8	12,9	13,9	15,8
	Projeção B máxima: 40%	12,7	14,8	15,8	12,4
Produção	Safras	10,9	13,0	11,2	8,4
Projeção de déficit	Projeção A	0,1	0,1	-2,7	-2,1
	Acumulado		0,2	-2,6	-4,8
	Projeção B	-1,8	-1,8	-4,6	-4,1
	Acumulado		-3,6	-6,4	-8,7

* Menos solúvel
Fonte: MAPA; ABIC; ABICS; Cecafé; Aliceweb (previsão)

TAMANHO DO PROBLEMA:

- Déficit de sacas de Conilon: 4,8 a 8,7 milhões.

A SOLUÇÃO DEVE SER ENCONTRADA COM:

- Os produtores tendo mantido a sua capacidade produtiva em termos da expectativa de alta nos preços e a remuneração necessária dos estoques remanescentes;
- A indústria de café solúvel tendo o fluxo de café na quantidade necessária para se manter ativa junto aos clientes internacionais.

em 2015, de aumentar as exportações em 50% nos próximos dez anos.

O café solúvel brasileiro, desde sempre, é líder mundial na produção e na exportação. As empresas nacionais desenvolveram um modelo de negócios agressivo e competitivo, com grandes investimentos em tecnologia e qualidade. Como seu crescimento proporcionou a evolução do parque produtivo do Conilon brasileiro, seria um contrassenso desejarmos importar se não fosse realmente necessário.

A importação em regime de *drawback* deve passar por um acordo com os produtores e demais segmentos da cadeia produtiva: um pacto de caráter pontual que permita importações de quantidades mensais prefixadas, por períodos determinados, fora das épocas de colheita. A ABICS entende que a importação, se pactuada de forma inteligente, passa de ameaça a oportunidade para produtores e indústria. Com a recuperação da produção capixaba, tendo o Brasil seu potencial preservado, todos sairão ganhadores.

CONSUMO CRESCE, APESAR DA CRISE



NATHAN HERSZKOWICZ
DIRETOR EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (ABIC)

A crítica situação econômica e política que o Brasil vem atravessando não afetou o consumo de café de maneira geral. Alguns até passaram a comprar marcas de preços mais acessíveis, mas não abandonaram o hábito e começam a retornar para o segmento *premium*. Esse comportamento dos consumidores é acompanhado pela ABIC tanto junto a seus associados, que relatam não terem sentido queda nas vendas, quanto por meio de pesquisas de mercado.

Estudo recente do Euromonitor indica que o consumo deverá crescer, em média, 3,2% até 2020, considerando todos os tipos de cafés. Temos, portanto, um mercado interno consistente, que beneficia toda a cadeia produtiva. Outro dado impactante é que 89% dos consumidores acima de 60 anos bebem café diariamente e os jovens, de 16 a 20 anos, têm frequência diária de 49%, com média geral de 3,7 xícaras/dia. A pesquisa projeta, também, um aumento do consumo, em volume, para 24 milhões de sacas em 2019.

Além da melhoria da qualidade e das inovações trazidas pelas indústrias, há outro fator que dá suporte ao mercado brasileiro: a divulgação dos benefícios do café para a saúde humana. São inúmeros os estudos realizados em diversos países, mas, muitas vezes, algumas informações são divulgadas sem embasamento técnico-científico.

Por sugestão da ABIC, criamos, no início de 2016, o Núcleo Café e Saúde, um colegiado composto por médicos de diversas especialidades, pesquisadores e representantes da cadeia produtiva. O objetivo é desenvolver uma série de ações para esclarecer essas informações errôneas sobre o café. Também estamos criando um banco de conhecimento, com conteúdos sobre os benefícios da bebida separados por temas de interesse.

Entretanto, apesar desse cenário positivo, as indústrias atravessam um período grave com relação ao abastecimento e à alta da matéria-prima, principalmente do Conilon, que é a base de inúmeros *blends*. O desafio de cada torrefadora não é só financeiro, mas, sobretudo, encontrar a composição de grãos mais adequada possível para preservar a manutenção do sabor e do aroma característicos de sua marca e apreciados por seus consumidores. Trata-se de uma tarefa que está sendo levada a sério por todas as indústrias, independentemente do porte, pois não é interesse do setor perder esse impulso que está tendo o nosso mercado.

SELO DE PUREZA ABIC
Associação Brasileira ABIC da Indústria de Café
QualidadeCertificada

ANO DIFÍCIL, MAS FIRMEZA NAS EXPORTAÇÕES

MARCOS ANTONIO MATOS
DIRETOR GERAL DO CONSELHO DE EXPORTADORES DE CAFÉ (CECAFÉ)

EDUARDO HERON SANTOS
DIRETOR TÉCNICO DO CECAFÉ

Ao se aproximar do encerramento de 2016, as exportações de café do Brasil indicam, até o momento, uma redução estimada em cerca de 8% frente ao ano anterior, devendo alcançar 34 milhões de sacas, depois de um extraordinário recorde embarcado em 2015 – 37 milhões de sacas. Esse é o resultado de um amargo ano nas exportações de Conilon, que, no acumulado de janeiro a outubro, apresentou uma redução de 85,8% na comparação com o ano passado, com um dos piores desempenhos da variedade desde 1997.

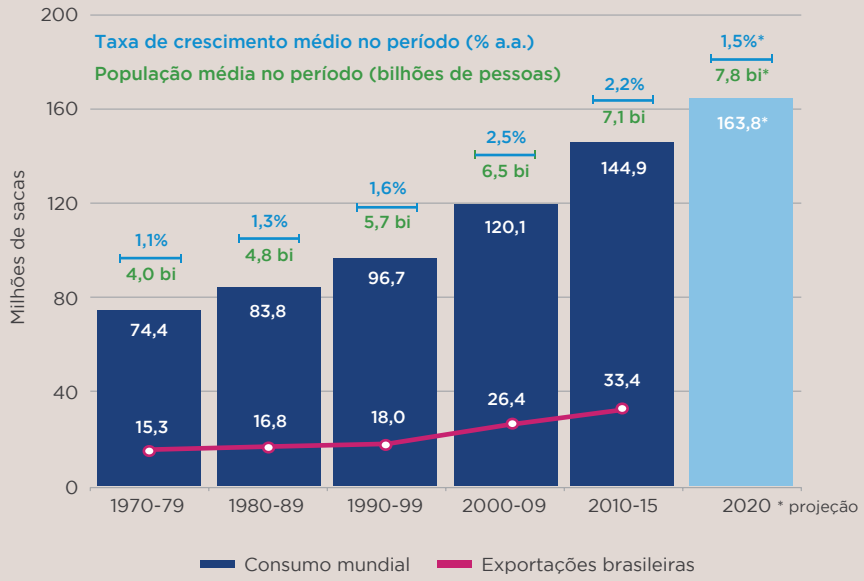
Apesar da ausência de grandes volumes nos estoques remanescentes e de uma forte quebra na produção de Conilon no Espírito Santo – maior estado produtor da variedade – devido a uma severa estiagem e a elevadas temperaturas nos últimos anos, os cafés Arábica e solúvel mantiveram firmes os embarques do País, com acréscimo de 1,5% e 6,8%, respectivamente, na comparação com o ano anterior, garantindo ao Brasil as posições absolutas de liderança e de principal fornecedor mundial.

No agronegócio brasileiro, o café permanece na quinta posição, com a receita cambial gerada de US$ 4,2 bilhões FOB até outubro, correspondendo a 5,75% de participação e mais de 75



SHUTTERSTOCK

CONSUMO MUNDIAL E EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ
(MÉDIAS POR DECÊNIO)



Nota: A taxa de crescimento médio utilizada para projetar o ano de 2020 foi de 1,5%
Fonte: OIC (dados de consumo); Cecafé (exportações brasileiras); World Bank (população mundial)

mil contêineres embarcados, demonstrando a capacidade e a eficiência do comércio exportador nacional em atender as crescentes demandas interna e externa.

Diante de tantos números publicados pelo mercado, ainda é cedo para fazer um diagnóstico mais coerente dos embarques nacionais de café para 2017, mas, analisando o resultado dos últimos três anos das exportações brasileiras, o desempenho esperado para 2016 e as perspectivas do consumo mundial, o Brasil ainda tem grandes desafios pela frente, principalmente no que se refere à mitigação dos efeitos climáticos nas regiões produtoras, visando à manutenção regular do suprimento e à ampliação de boas práticas agrícolas que garantam renda e produtividade aos produtores.

Com a mudança no perfil do consumo, a melhoria da renda nos países emergentes e em desenvolvimento, o aumento global da população e a alteração no fluxo do comércio mundial (Ásia), as expectativas são muito positivas para o consumo global de café, porém a cafeicultura brasileira deve preparar-se para continuar a atender os mais diversos e exigentes mercados, principalmente no que se refere a qualidade e sustentabilidade.

Cecafé
Conselho dos Exportadores de Café do Brasil

BARTER GANHA ESPAÇO COMO OPÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SAFRA

POR PAULO ANDRÉ C. KAWASAKI

Os produtores rurais vêm buscando outras opções além do tradicional crédito bancário e do capital próprio para bancar a sua safra. À procura de financiamento fora do sistema financeiro, a venda a prazo ganha força, por meio das operações de troca, conhecidas como "*barter*".

A assessora técnica do Conselho Nacional do Café (CNC), Silvia Pizzol, explica o crescimento dessas operações pelo cenário de restrição de crédito. "O *barter* gera segurança à cadeia produtiva, pois evita problemas de recebimento e eleva o crédito para o produtor. Com isso, possibilita a manutenção de tratos culturais adequados de bons índices de produtividade", comenta.

O gerente de Mercado Futuro da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), Heberson Vilas Boas Sastre, aponta que a ferramenta permite financiar *inputs* aos produtores. "O *barter* é o pagamento de insumos por meio da entrega do grão na safra sem movimentação financeira. Consiste na troca de fertilizantes, sementes, defensivos, entre outros, por *commodities* como café, soja, milho, algodão, açúcar etc.", pontua.

ESCAMBO MODERNO?

Questionada se podemos considerar o *barter* como um "escambo moderno", a assessora do CNC revela que, apesar das semelhanças, a ferramenta é mais sofisticada. "Há envolvimento de capital, *hedge* no mercado futuro e entrega do produto, diferentemente do escambo, com simples troca de produtos e/ou serviços entre as partes", analisa Pizzol.

Sastre entende que se trata de um aperfeiçoamento. "O produtor troca produto agrícola por insumos. A diferença é que a *trading* entra dando liquidez à operação, e, sem ela, não seria possível o negócio", argumenta o gerente da Cooxupé, que recorda que a operação teve início há quase duas décadas no Brasil e avança a cada ano.

BARTER, COOPERATIVAS E CAFÉ

Para os especialistas entenderem, o *barter* é uma das operações de mercado que atendem os produtores, especialmente os vinculados a cooperativas, com resultados financeiros para ambos. Como é financiada para uma grande companhia, a operação alivia, em parte, o "livro" de captações financeiras, em especial quando o mercado de *barter* ingressa no ramo dos maquinários, cujo valor é mais elevado.

As *commodities* possuem dois mercados:

- O primeiro é precificado a partir dos vencimentos de meses mais recentes na Bolsa de Mercadorias; no caso do café, trata-se da ICE Futures US de Nova York, cujas cotações, multiplicadas pelo preço do dólar *spot*, servem de base para a definição do valor no mercado físico; e

- O segundo, de futuro, é tabelado nos vencimentos com meses mais distantes na Bolsa, também com preço multiplicado pelo dólar, tomando como referência a data de entrega da mercadoria. "Nesse caso, existe uma taxa de juros incidente sobre o café e o

PASSO A PASSO DO *BARTER*

AGENTE	Ação
Produtor	Compra insumos e vende o produto agrícola.
Companhia	Vende insumos e financia a operação para a revenda.
Revenda	Compra insumos e revende para o produtor.
Trading	Precifica e compra o produto agrícola, dando liquidez à operação.


SHUTTERSTOCK

dólar que, normalmente, é maior do que a taxa que o produtor paga ao fazer o *barter*. Assim, é inevitável que a operação de *barter* seja mais atrativa do que o preço do café no mercado físico", explica Sastre.

Pizzol completa que, considerando a oscilação do dólar ante o real e o impacto da moeda norte-americana no preço dos insumos, o *barter* pode ser visto como a forma mais segura de negociação. "Os preços físico e futuro são estipulados em reais, com a *trading* travando ('hedgeando') o café e o dólar futuros. Mas, há operações de *barter* realizadas em dólar, o que gera uma menor oscilação, devido ao fato de a única variável considerada ser o preço do café, o que proporciona mais tranquilidade e atrai os produtores, visto que a preocupação com a volatilidade é mínima", explana.

A assessora do CNC recorda, ainda, que há alguns percentuais a serem considerados quando o produtor optar pelas operações de *barter*. "Não há uma regra específica, com os volumes oscilando conforme definição das *tradings*, porém é recomendável que os produtores de café optem por realizarem *barter* com cerca de 30% de sua colheita na entressafra ou cheguem a um máximo de até 60% próximo à safra, sem correr o risco de não conseguirem honrar a entrega se enfrentarem problemas que reduzam a sua capacidade de produção".

Ao mesmo tempo em que recomenda o *barter* por ser "uma ferramenta simples, prática e segura de resultados aos produtores", Sastre destaca que, no caso específico do café, também existem outros instrumentos tão interessantes e vantajosos. "Para a cafeicultura, temos várias modalidades de operações futuras, com preço fixo e segurança para *trading* e produtor, sem envolver companhias custeando insumos, pois o financiamento fica a cargo da própria cooperativa. Entre estas modalidades, destacamos (i) Cédula de Produto Rural (CPR) com recurso antecipado (garantia hipotecária e aval bancário); (ii) trocas; e (iii) garantia de preços, servindo exclusivamente para garantir cotações futuras em real ou dólar", conclui.

No Brasil, a operação de *barter* é oferecida por grandes companhias, como Syngenta, Pioneer, BASF, Bayer, DuPont, ADM, Adama, entre outras. Muitas delas não possuem *trading* de *commodities*, sendo necessário uma parceria para precificar e receber o produto no momento da entrega. Além disso, as empresas que oferecem o produto, normalmente, também financiam a venda dos insumos a prazo. Já o produtor, ao efetuar um *barter*, está travando preço futuro, o que permite que o seu produto não corra o risco de se depreciar na parcela negociada. ■



Broca-do-café na lavoura

COOXUPÉ

COOXUPÉ ORIENTA COOPERADO PARA O COMBATE À BROCA-DO-CAFÉ

Cooperativa acredita que praga é preocupação para a safra 2016/17

A BROCA-DO-CAFÉ se tornou um problema fitossanitário grave, tanto para a cultura do cafeeiro Conilon, como para a do Arábica, com a queda prematura dos frutos e a redução do peso dos grãos (dano quantitativo). A praga causa, também, a diminuição da qualidade do café, por meio da alteração no tipo, e, às vezes, da bebida (dano qualitativo). A perda começa na lavoura e se alastra por todo o setor.

Em 9 de agosto de 2010, a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 28, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), estabeleceu a data de 31 de julho de 2013 como último dia de comercialização e uso legal no Brasil de produtos à base de endosulfan. Seu banimento é devido a ele fazer parte dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), considerados como tendo efeitos nocivos para a saúde humana e o meio ambiente pela Convenção de Estocolmo, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), do qual o Brasil é signatário.

Desde a proibição do endosulfan, considerado de eficiência no controle da broca-do-café no Brasil, produtores e entidades responsáveis pela produção, pela comercialização e pela exportação do grão de café buscam um substituto para que a praga seja devidamente combatida.

Sem proteção sanitária adequada, as safras cafeeiras do Brasil de 2013, 2014, 2015 e 2016 ficaram comprometidas. O nível de infestação da broca aumentou em dez vezes em relação aos anos anteriores. Isso acarretou prejuízos tanto para o produtor, com a queda de preço em função da qualidade do grão, quanto para o mercado, que necessita corresponder às exigências de certificações da indústria e do consumidor.

A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) ratifica que existe, sim, uma preocupação para a safra 2016/17 quanto à ocorrência de um ataque significativo da praga. A orientação junto aos mais de 13 mil cooperados é constante sobre o perigo iminente desta infestação e as medidas preventivas para evitá-la.

Quem é a broca-do-café?

Hypothenemus hampei é o nome científico da praga, sobre a qual se pode dizer que, atualmente, é a segunda mais importante da cafeicultura nacional, ficando atrás apenas do bicho-mineiro. Originária da África Equatorial, a broca chegou ao Brasil, no estado de São Paulo, por volta de 1913, com sementes importadas da África e de Java. Nos dez anos seguintes, a praga disseminou-se pelos cafezais da região de Campinas, importante polo produtor na década de 1920, e se espalhou pelo restante do estado e por outras regiões do País.

Os prejuízos

O ataque severo da broca-do-café danifica diretamente e interfere na qualidade do fruto, causando sérios danos à safra do ano. Ao cafeicultor, a praga provoca: a queda de frutos perfurados; a perda em aspecto, tipo e qualidade, impactando no preço; e a redução do peso das sementes (grãos) danificadas. Tudo isso diminui a renda do café coco/beneficiado.

Como não ficam apenas dentro da propriedade rural, os problemas refletem-se em todos os agentes participantes do mercado do grão. É o caso das cooperativas e dos armazéns que são comprometidos com o aumento de custo. A necessidade de repasse do café eleva o gasto de energia e mão de obra e o desgaste prematuro dos equipamentos. Os resultados são uma queda na competitividade diante dos concorrentes externos e perda de clientes.

O esforço da cadeia produtiva do café

De acordo com Francisco Donizete da Cruz, gerente de Controle de Qualidade da Cooxupé, o combate à broca é um trabalho em conjunto com várias frentes. "Exige um esforço de toda a classe envolvida na atividade, incluindo órgãos governamentais, cooperativas, exportadores e equipes de assistência técnica. O Brasil conquistou uma boa fatia do mercado, e não queremos perder espaço para países de outras origens que estão tentando conquistar o mercado internacional", afirma.

Segundo Nathan Herszkowicz, diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), existe uma restrição de toda a cadeia consumidora em relação ao café, por conta da broca. "Em 2014, a Anvisa criou a RDC nº 14, que prevê uma quantidade específica de microrganismos nos alimentos. Com o aumento da broca nos cafezais, o grão foi altamente prejudicado nesse sentido. Tanto a ABIC quanto as empresas atuantes no segmento do café trabalham para o restabelecimento do controle da praga. Infelizmente, como o endosulfan foi retirado do mercado sem um substituto, há um intenso debate entre entidades, pois não podemos e não temos tempo para esperar um novo produto ser desenvolvido", revela.

O presidente da Cooxupé, Carlos Alberto Paulino da Costa, destaca que os cooperados são alertados sobre a época e as formas de controle da broca-do-café. "Há vários controles que os produtores podem fazer para combater esta praga, como o cultural, o biológico, o físico e o químico, já que é possível encontrar algumas alternativas de inseticidas, apesar de serem poucas. Mantemos uma equipe de assistência técnica gratuita para que os nossos associados possam esclarecer suas dúvidas sempre que quiserem. O monitoramento das lavouras e o manejo integrado de pragas ajudam bastante o produtor a evitar a infestação da praga na lavoura", explica. ■



Broca-do-café no grão beneficiado



SHUTTERSTOCK

2ª REUNIÃO CANAPLAN 2016

REAVALIAÇÃO DA SAFRA 2016/17 E PRIMEIRA VISÃO DA SAFRA 2017/18

A Canaplan realizou a sua segunda reunião anual, em outubro último, para reavaliação das projeções da safra canavieira da região Centro-Sul elaboradas na primeira reunião anual, em abril de 2016, com o apoio da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

VISÃO GERAL DA SAFRA 2016/17

AS CONDIÇÕES da safra foram estressantes para um canavial envelhecido. As variações climáticas foram radicais, a começar com seca e elevadas temperaturas durante abril e maio de 2016. Depois, quando quase metade da lavoura estava pronta para a emissão de flor, vieram três geadas e mais uma seca.

Na primavera de 2015 e no verão de 2016, assistimos a níveis parecidos de precipitação pluviométrica nas diferentes regiões produtoras do Centro-Sul brasileiro. No entanto, de abril de 2016 a setembro de 2016, como as chuvas tiveram um intervalo de variação mais intenso, os impactos sobre a produtividade agrícola e a qualidade da matéria-prima também não foram iguais.

De fato, as chuvas em excesso a partir de novembro de 2015 a março de 2016, seguidas de seca de abril a setembro de 2016, geraram fatores negativos ao canavial em termos de produtividade agrícola, que deverá atingir algo em torno de 78 toneladas por hectare. Com relação ao nível de açúcares totais renováveis (ATR) para a safra 2016/17, a tendência é de girar ao redor de 133 quilos por tonelada de cana processada. Este valor fica bem abaixo do que já se observou em safras anteriores. Tanto para a produtividade agrícola, como para a qualidade das canas colhidas, o resultado não foi bom.

Os efeitos do excedente hídrico foram:

- Apodrecimento de raízes e radicelas, tornando o sistema radicular ineficiente;
- Redução da taxa de respiração celular e evapotranspiração;
- Redução na absorção de nutrientes, em especial do nitrogênio;
- Redução na taxa de fotossíntese da ordem de 50%; e
- Alterações morfológicas, como alongamento dos entrenós, menor diâmetro de colmos, aumento da proporção palmito/colmo e aparecimento de raízes adventícias.

REGIÃO CENTRO-SUL: PRECIPITAÇÃO
(EM MILÍMETROS)

SAFRA	Novembro de 2015 a março de 2016	Abril de 2016 a setembro de 2016
Mínima	1.187,3	175,5
Média	1.183,9	316,0
Máxima	1.197,5	438,8

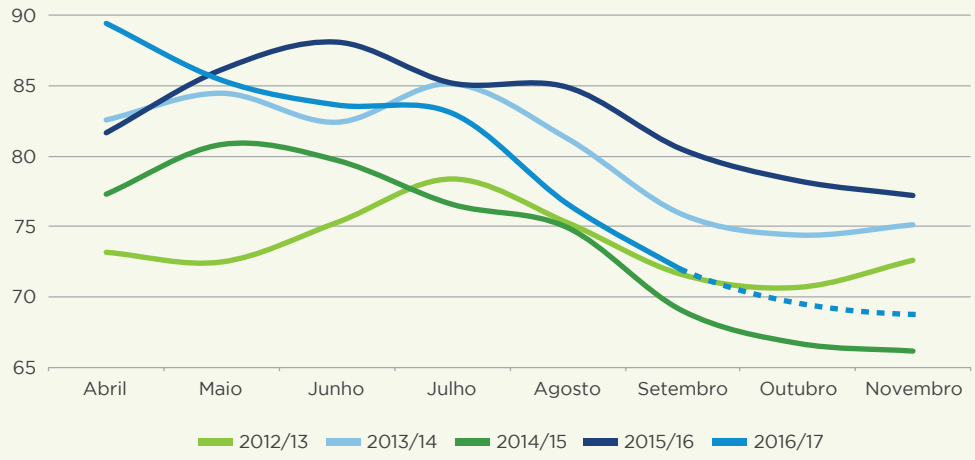
Fonte: Canaplan

PARTICIPAÇÃO EM ÁREA E TCH DA CANA BIS

MÊS	Part. % TCH*		Área bis	
	2015	2016	2015	2016
Abril	90	105	12	27
Maio	93	98	6	14
Junho	99	100	2	10
Julho	90	95	4	9
Agosto	88	98	3	5
Setembro	83	90	7	7

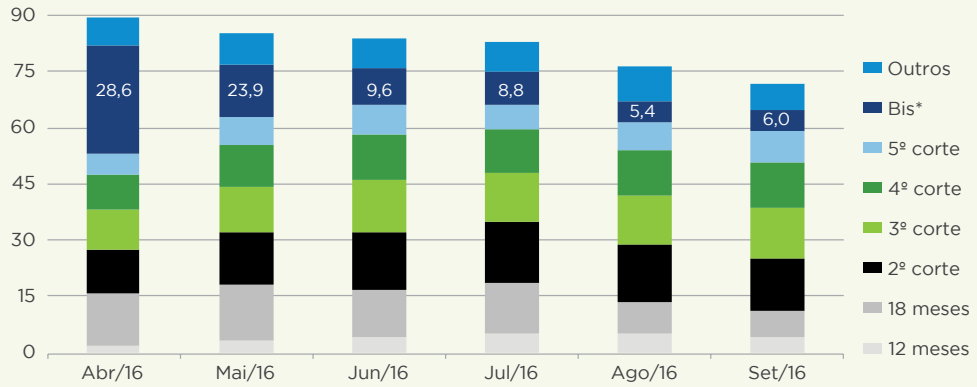
* Toneladas de cana por hectare
Fonte: Canaplan

REGIÃO CENTRO-SUL: PRODUTIVIDADE MÉDIA AGRÍCOLA MENSAL
(EM TONELADAS POR HECTARE)



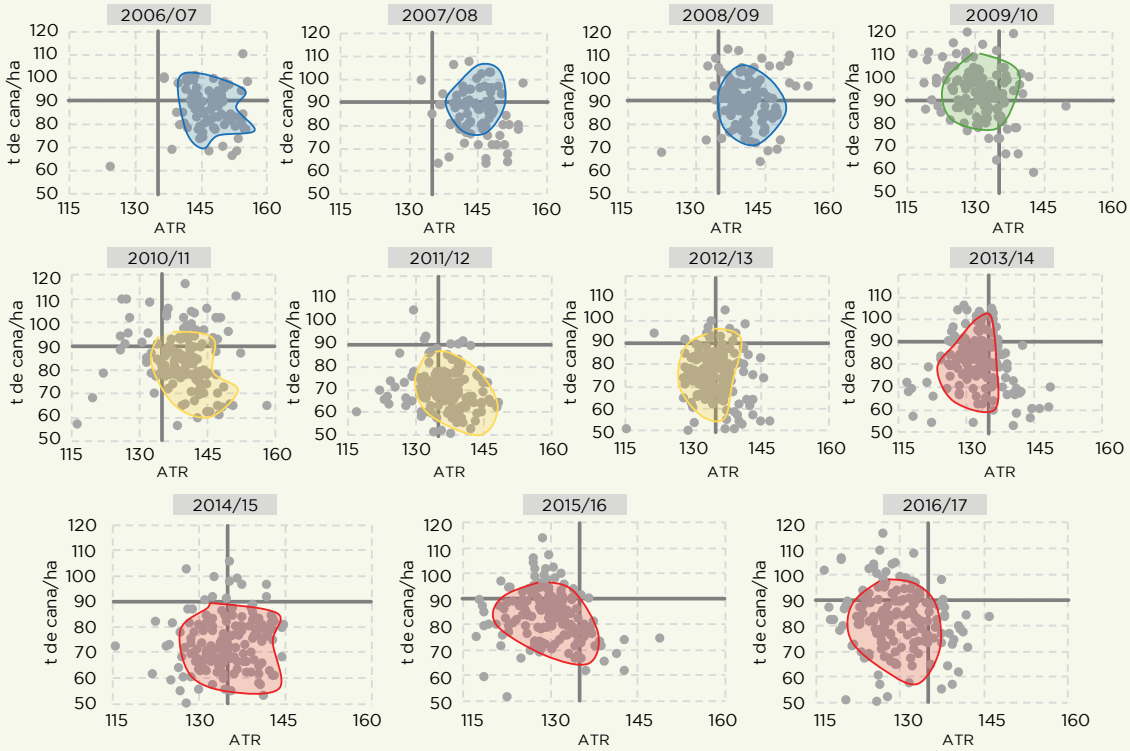
Fonte: Canaplan

CONTRIBUIÇÃO DE CADA CORTE NA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA MENSAL DA SAFRA 2016/17
(EM TONELADAS POR HECTARE)



* Cana colhida na safra seguinte
Fonte: Canaplan

"EVOLUÇÃO": PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA (TCH) E ATR



Fonte: Canaplan

REGIÃO CENTRO-SUL: PRODUÇÃO E RENDIMENTO INDUSTRIAL

SAFRA	Produção[1]	Rendimento agroindustrial[2]
2010/11	78	11,0
2011/12	58	9,2
2012/13	72	10,0
2013/14	85	10,6
2014/15	78	9,9
2015/16	81	10,8
2016/17	78	10,4

[1] Milhões de toneladas de ATR; [2] toneladas de ATR por hectare
Fonte: Canaplan

REGIÃO CENTRO-SUL: SAFRA SUCROALCOOLEIRA DE 2016/17

PRODUTO	Unidade	Abri de 2016[1]	Outubro de 2016[2]
Cana-de-açúcar colhida	Milhões de toneladas	580 a 600	581 a 592
Oferta de ATR total	Milhões de toneladas	77,0 a 79,1	77,3 a 78,8
Mix de açúcar	%	46	46
Mix de etanol	%	54	54
Açúcar	Milhões de toneladas	34,2 a 34,7	33,9 a 34,5
Etanol	Bilhões de litros	24,6 a 25,0	24,4 a 24,9

1 Projetado; 2 reavaliado
Fonte: Canaplan

Com ritmo avançado, a safra mostrava uma perspectiva clara de término da moagem na maioria das unidades industriais até o final de novembro. Tratava-se de uma situação bem diferente do que a vivida na safra 2015/16, quando o processamento avançou no primeiro trimestre de 2016.

A acelerada introdução da mecanização agrícola na colheita de canas cruas, em pleno período de aprendizado, levou a uma expressiva redução dos níveis obtidos de açúcares recuperados nos últimos dez anos. Entre as safras 2006/07 e 2016/17, há um efeito "manada" entre as usinas para a adoção dessa prática, com clara redução de produtividade e qualidade.

Assim, na safra 2016/17, novamente se observou o atingimento de um verdadeiro "teto" da produção na região Centro-Sul (onde se concentram 90% da produção brasileira total): ao redor de 80 milhões de toneladas de ATR.

Nos últimos anos, um dos pontos mais desfavoráveis tem sido a redução efetiva do plantio de novos canaviais. Com isso, as lavouras se envelhecem, com perda na capacidade industrial e no rendimento agroindustrial. Todos os aspectos citados deram suporte à reavaliação de outubro de 2016.

AMBIENTE ECONÔMICO DESFAVORÁVEL

Nos últimos anos, houve uma verdadeira destruição econômica setorial, em função de políticas públicas inadequadas. Na verdade, os altos níveis de desconfiança foram gerais, em toda a economia do País, enquanto a elevada inflação derretia o real e os juros ficavam escorchantes.

A realidade setorial mostra enorme dispersão dos dados entre os diversos grupos de produtores da agroindústria canavieira, com dívida líquida bancária média crescente em reais por tonelada de cana-de-açúcar. O nível médio de endividamento é estimado em R$ 94 bilhões pelo Rabobank.

SETOR SUCROALCOOLEIRO: DÍVIDA LÍQUIDA BANCÁRIA MÉDIA
(EM REAIS POR TONELADA DE CANA-DE-AÇÚCAR)

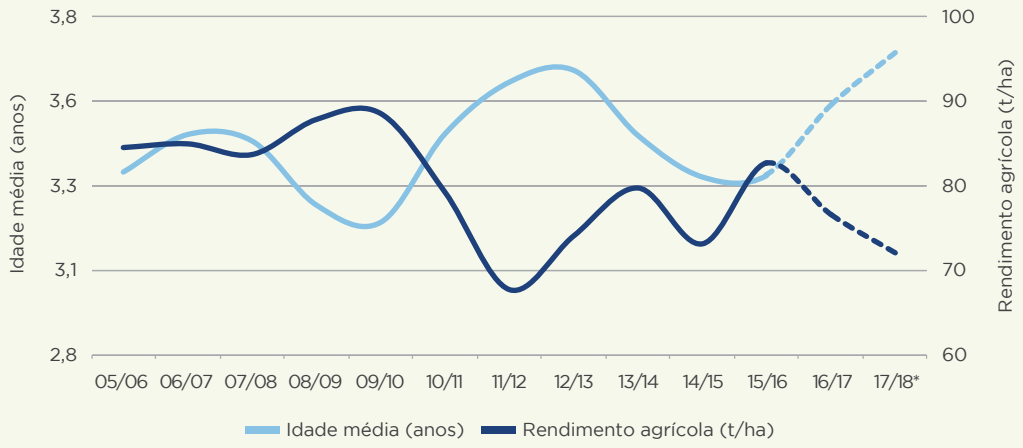
SAFRA	Dívida*	SAFRA	Dívida*
2005/06	31,3	2011/12	102,6
2006/07	46,9	2012/13	112,4
2007/08	77,0	2013/14	117,6
2008/09	97,6	2014/15	149,7
2009/10	76,9	2015/16	135,0
2010/11	84,1		

* Reais por tonelada de cana
Fonte: Manoel Queiroz (Rabobank)

Na visão da macroeconomia e da política, a expectativa é de um início efetivo de recuperação da economia brasileira, com a tendência de o PIB crescer 2% em 2017 e ao menos 4% em 2018.

Em abril de 2016, a previsão traçada pela Canaplan ficou muito abaixo das projetadas pelas empresas setoriais. O andar da safra 2016/17 na região Centro-Sul mostrou queda acelerada da produtividade agrícola quando comparada com as das safras anteriores. É importante observar que o nível mais elevado da produtividade agrícola na fase inicial da safra se deveu muito ao elevado volume das chamadas canas de dois verões (canas bis).

PERSPECTIVA: COMO ROMPER A RELAÇÃO (MÉDIA) INVESTIMENTO *VERSUS* RENDIMENTO?



* Estimativa
Fonte: Canaplan

LAMPEJOS PARA A SAFRA 2017/18

Mesmo muito cedo para qualquer projeção, dada a realidade do mundo tropical em termos de clima, alguns fatores com relação à safra 2017/18 no Centro-Sul brasileiro merecem considerações.

Em 2016, além de ficarem fragilizados com as secas e as geadas, os canaviais tiveram uma taxa de renovação baixa, em torno de 10%. Para 2017, há três pontos a se considerar. Primeiramente, como a taxa de renovação terá de ser compensada a maior, haverá menor espaço de cana para moagem. Em segundo lugar, a menor participação da cana planta (de primeiro corte) reduz a produtividade agrícola e aumenta a idade do canavial. E, finalmente, a menor quantidade de cana em pé deixada no campo contribui para a menor produção.

Muitas usinas seguem muito endividadas e com dificuldades para gerarem caixa no cenário de juros altos. O investimento para a manutenção dos níveis de produtividade geral ficou 25% abaixo na safra 2016/17, segundo o Itaú BBA. Em síntese, espera-se menor área de colheita, com menor produtividade agrícola. Deste modo, a projeção inicial da Canaplan é de que a safra 2017/18 do Centro-Sul será menor do que a safra 2016/17. ■



SHUTTERSTOCK

PROPAGANDA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS NO BRASIL

LIDIA CRISTINA JORGE DOS SANTOS
Sócia do escritório Figueiredo e Santos e membra do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS)

COMO INSTRUMENTO de informação da sociedade, a propaganda não pode ter o seu alcance limitado, exceto quando estabelecido por lei. Quando isso ocorre, fere-se o princípio constitucional, inatacável, de liberdade de expressão dos cidadãos assegurado como cláusula pétrea pela Constituição Federal.

Proibir ou restringir inadequadamente a veiculação de mensagens publicitárias tem efeito contrário às medidas de proteção e à defesa dos destinatários. A censura restringe o acesso ao conhecimento e limita a prerrogativa da escolha.

A Constituição Federal determina que a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

A restrição deve ser entendida como uma exigência de advertência ao destinatário, respeitando-se a particularidade de cada um dos produtos indicados quanto a usos, riscos e benefícios.

As Leis nº 7.802/1989 e nº 9.294/1996 estabeleceram que a propaganda de defensivos agrícolas deve se restringir a programas e publicações dirigidos aos agricultores e aos pecuaristas, contendo completa explicação sobre aplicação, precauções no emprego, consumo ou utilização. As restrições estabelecidas por estas normas devem, portanto, ser aplicadas com o objetivo de advertir e proteger os usuários de tais produtos.

Os defensivos agrícolas, quando corretamente utilizados, são seguros, só podendo ser comercializados desde que registrados e cadastrados junto aos órgãos oficiais. Com procedimento rigoroso, o registro segue padrões internacionais. No Brasil, envolve três avaliações: a toxicológica, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); a ambiental, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e a agronômica, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Além disso, todos os produtos registrados, antes de serem comercializados, devem ter sido receitados por um profissional habilitado. ■

Condições especiais

Embora sejam produtos estudados profundamente, os defensivos agrícolas devem ser usados apenas quando forem necessários e de acordo com as boas práticas agrícolas. As principais preocupações referentes aos problemas com defensivos referem-se a intoxicações do aplicador e existência de resíduos em alimentos. Seguindo-se as regras de uso correto e seguro, em especial o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), dose e período de carência, nenhuma dessas preocupações transformar-se-á em dano efetivo.

É importante esclarecer que a intoxicação não nasce da propaganda, da suposta exposição demasiada de produtos na mídia ou dos alegados excessos publicitários. Por trás dela há questões culturais e educacionais relacionadas ao uso incorreto. É inócuo querer combatê-lo com censura ou com a imposição de restrições não previstas em lei ou interpretadas de forma incorreta.

As restrições estabelecidas para esses tipos de produto devem, assim, ser aplicadas apenas para comunicar e proteger o usuário, alertando-o sobre o uso adequado e de acordo com as recomendações de rótulo e bula.


Explorando a Ciência
BAYER
Gerando Inovações
Se é Bayer, é bom
Mais de sete bilhões de pessoas habitam o nosso planeta, e este número cresce a cada dia. Como prover comida para a população sem degradar o meio ambiente? Como melhorar a saúde da sociedade e prevenir doenças?
Para trazer estas respostas, aproximadamente 14 mil cientistas da Bayer trabalham diariamente em busca de inovações. Isso significa, para nós, um incentivo para o futuro – no sentido exato da nossa missão Bayer: Science For A Better Life (Ciência Para Uma Vida Melhor).
www.bayer.com.br
www.bayerjovens.com.br

REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NA AGRICULTURA

DIGITAL FARMING é a nova revolução da agricultura moderna. É uma tendência que promete mudar a forma com que os agricultores gerenciam a fazenda por meio de diversas tecnologias que possibilitam ações mais assertivas. A digitalização está ganhando importância e permitindo uma tomada de decisão mais precisa e rápida nas propriedades agrícolas. Isso tudo resultará em *insights* baseados em dados para melhorar a tomada de decisão e a implementação de estratégias na propriedade.

Com base em dados como imagens de satélite, previsões meteorológicas ou especificações do campo, a agricultura digital faz referência especialmente à tradução destes dados em informações úteis e recomendações personalizadas para o agricultor.

André Salvador, diretor de Digital Farming da Bayer, explica que o compromisso da empresa com a agricultura sustentável não se limita apenas a desenvolver sementes inovadoras e proteger as culturas. "Os avanços tecnológicos também oferecem aos agricultores métodos mais rápidos e precisos de monitoramento de suas plantas e para a tomada de decisões. Soluções digitais podem ajudá-los a entender melhor os processos em seus campos e lhes permitir tomar decisões mais rápidas, simples e calculadas".

A Bayer quer apoiar esse desenvolvimento no futuro ao fornecer aos agricultores recomendações agronômicas específicas. Em conjunto com parceiros externos, a empresa está desenvolvendo produtos digitais com os quais as análises de campo e os modelos estatísticos são melhorados com outros dados e podem ser adaptados ou individualizados para um determinado campo, a fim de ajudar nossos clientes a melhorarem suas decisões.

O executivo comenta, ainda, que o crescimento de culturas de campo, por exemplo, pode ser monitorado com grande precisão a partir do espaço. As imagens infravermelhas via satélite indicam quais áreas de um campo estão sofrendo por fatores de estresse, mesmo antes de o olho humano poder detectar qualquer dano externo à planta. "Novas tecnologias digitais trazem oportunidades inteiramente novas. Elas podem otimizar a aplicação de produtos de proteção de cultivos e fertilizantes em países industrializados e trazer conhecimentos altamente especializados para os países mais pobres do mundo", finaliza.

Entre outras iniciativas de *digital farming* para o desenvolvimento da agricultura de precisão, podemos mencionar o uso de aplicativos para *tablets* e *smartphones*, estações meteorológicas, armadilhas de insetos, *drones* para captura de imagens, telemetria, modelagem de previsão climática e sensores remotos.

Os esforços da empresa no emergente campo da agricultura digital incluem o comprometimento de investir pelo menos € 200 milhões em *digital farming* entre 2015 e 2020 e, atualmente, a comercialização e os testes de produtos que este segmento está fazendo em dez países, com o objetivo de rapidamente se expandir ainda mais e desenvolver o melhor sistema de apoio digital de proteção de cultivos para os agricultores.

Para mais informações sobre a divisão Crop Science, acesse nosso site (www.bayer.com.br) e os nossos canais nas redes sociais:

Facebook (www.facebook.com/BayerCropScience.BR);
Twitter (@Bayer4CropsBR);
YouTube (www.youtube.com/BayerCropScienceBR). ■

BAYER
120 ANOS NO BRASIL
Se é Bayer, é bom

PROPOSTA PARA LIMITAÇÃO DE GASTOS DO GOVERNO FEDERAL – PEC Nº 241

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



O CENÁRIO econômico que assola o País é grave, com enorme impacto no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, acarretando um enorme número de desempregados (cerca de 12 milhões de pessoas) e de empresas fechadas, além de desestímulo ao desenvolvimento, o que abala sensivelmente a sociedade de modo geral.

O poder Executivo federal encaminhou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241/2016, com finalidade de instituir um novo regime fiscal para o País. A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados e seguiu para apreciação no Senado Federal.

A PEC nº 241 cria uma alteração no limite orçamentário dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com a finalidade de limitar as despesas e os investimentos públicos aos valores gastos no ano anterior, corrigidos pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pelos próximos vinte anos.

Em momentos difíceis como o atualmente atravessado, o Brasil, com sua agricultura tropical, precisa de medidas amargas para viabilizar a correção dos rumos das políticas públicas, restabelecer a confiança dos investidores e consolidar a economia brasileira.

Pesquisas recentes mostram que 88% dos brasileiros acreditam que deve haver corte de gastos para equilibrar o orçamento. A sociedade percebeu a necessidade de romper com políticas públicas anteriores de gastos desenfreados e a obrigação de estabelecer critérios mais rígidos nos períodos de crise.

Os críticos da medida argumentam sobre os riscos no travamento dos investimentos nas áreas de Saúde e Educação. A esta argumentação, falta razão, pois quaisquer investimentos nas áreas atreladas são vinculados a percentuais definidos na Constituição Federal. Os investimentos em Saúde e Educação são mensurados pelo PIB, que precisa retomar seu crescimento, argumento defendido pelo grande economista e amigo Delfim Netto.

Diante do histórico crescimento do setor agropecuário, permanentemente superior ao restante da economia, é necessário haver alguns ajustes à proposta, pois o aumento dos gastos do Governo com o segmento deverá ser suportado por meio de transferência de recursos destinados a outras ações.

Nesse sentido, o setor agropecuário demonstra certa preocupação com a questão do seguro rural, posto que a subvenção ao crédito rural deverá contemplar mecanismos para alocar ou remanejar mais recursos, ainda que destinados a outras finalidades. O seguro rural deve cobrir a renda, e não somente os custos, de modo que o produtor não fique dependente da renegociação de financiamentos e dívidas rurais, tema que merece uma atenção especial do Governo, em reconhecimento à solidez do setor.

Feitos os imprescindíveis ajustes, considerando a importância do agronegócio para a economia brasileira, a qual representa 25% do PIB e 42% das exportações e gera emprego e renda para um terço da população, acreditamos que a proposta é benéfica para o País.

A PEC nº 241 busca organizar a economia, atrair investimentos e colocar o Brasil novamente nos trilhos do crescimento e da geração de empregos. A FAESP, como legítima representante da classe produtora paulista, entende que são necessárias reformas essenciais para a retomada com máxima urgência do crescimento econômico e a melhora nas condições de vida de todos os 207 milhões de brasileiros. ■

JORNADA SUSTENTÁVEL

UM MARCO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

UM OLHAR realista para o cenário que o Brasil enfrentará no horizonte dos próximos anos denota sérios desafios a serem superados. É recorrente apontar sua importância estratégica, mas não restam dúvidas de que a educação representa uma das tarefas cruciais para o País retomar o caminho do desenvolvimento.

Especialistas atestam como a decisão estratégica de nações investirem em educação elevou-as ao patamar do desenvolvimento. Nas últimas décadas, o agronegócio tem exibido desempenho excepcional e é motivo de admiração em todo o mundo.

Porém, tão importante quanto o salto de competitividade, o campo vem se destacando com vigorosas iniciativas em prol da educação e do treinamento de agricultores e trabalhadores rurais.

As iniciativas educacionais desenvolvidas, por exemplo, pelas empresas filiadas à Andef, juntamente com diversos parceiros, ganharam relevância, sobretudo, a partir do início da década de 1990, com a criação do programa Sistemas Integrados de Manejo na Produção Agrícola Sustentável (SIMPAS).

Nos seus 25 anos, o programa capacitou mais de 15 mil pessoas, em cursos realizados nas cinco regiões do País; percorreu 69 cidades, de dezesseis estados diferentes. Estradas afora, disseminou as sementes de uma agricultura mais segura, saudável e sustentável para todos.

Mercados importantes, principalmente países da Comunidade Europeia, enfatizam características tais como cuidado com o meio ambiente, segurança alimentar, condições de trabalho e viabilidade econômica no mercado como condições para uma agricultura sustentável.

Compatível com tais preceitos, o agronegócio brasileiro – em particular as entidades correalizadoras do SIMPAS – promove um amplo conjunto de ações: cursos, seminários, dias em campo, treinamento técnico e palestras para o uso correto e seguro das modernas tecnologias, além de programas de conscientização socioambiental. Essa é a melhor forma de o campo demonstrar, de forma inequívoca, como produção e meio ambiente convergem para o desenvolvimento – e se concretiza a tão almejada sustentabilidade.

O desempenho da agricultura é movido por dois fatores estratégicos: um deles é a adoção de inovações tecnológicas – e é importante destacar que os saltos de produtividade geram ganhos ambientais; basta ver como o aumento da produção tem sido infinitamente superior à abertura de novas áreas. O outro fator decisivo é uma política efetiva de assistência técnica e extensão rural aos agricultores. ■



SHUTTERSTOCK

DIÁRIO DE BORDO

VIDA MELHOR

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

PELA SEGUNDA vez consecutiva, o Índice de Confiança do Agronegócio (IC Agro) cresceu no terceiro trimestre de 2016. O maior crescimento deu-se entre os agricultores, chegando a 110,7 pontos, o que corresponde a 6 pontos acima do trimestre anterior e 24 pontos acima do mesmo trimestre do ano passado. Mas, até entre os pecuaristas, o índice foi de 100,7, mostrando uma melhoria de expectativa para o setor, embora mais modesta.

Veremos no quarto trimestre qual será o efeito da eleição de Trump nos Estados Unidos e das ações de Temer no Brasil sobre o ânimo das cadeias produtivas todas. Seja como for, já está sendo plantada com excelente tecnologia uma grande safra de grãos de verão, e, se as condições de clima forem favoráveis (como se espera), teremos outro recorde de produção em 2017.



Isso traz de volta uma antiga discussão sobre o impacto do custo dos alimentos sobre os gastos das famílias brasileiras. É sabido que o aumento da produtividade agrícola em função da tecnologia aqui desenvolvida e aplicada levou a uma significativa redução desses custos. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), por exemplo, em janeiro de 1975 a cesta básica equivalia a 75% do salário-mínimo vigente e em janeiro de 2015 o valor era de 47%, devendo ficar perto de 50% neste próximo dezembro.

Como esse dado fica um pouco turvo por causa da variação real do salário-mínimo, vale citar outro estudo, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): em 1975, as despesas com alimentos das famílias brasileiras correspondiam a 33,9% de seus gastos totais e, em 2009, último ano em que a estatística foi realizada, caíram para 19,8%. Mais relevante ainda é o dado da diminuição do valor real da cesta básica de 1975 a 2015: 42%.

Não há dúvida, em nenhum estudo realizado, quanto à notável contribuição da tecnologia tropical sustentável desenvolvida no Brasil para a redução relativa do custo de alimentos. Naturalmente, isso favoreceu a melhoria da qualidade de vida da população.

Aliás, outros números mostram isso exaustivamente. Entre os componentes da cesta básica, houve um significativo aumento de consumo *per capita* entre 1975 e 2015: o da carne de frango foi o mais destacado, da ordem de 945%, seguido pelos das carnes suína (105%) e bovina (100%). O consumo de leite cresceu 58%, o de açúcar subiu 35%, o de café 45% e o de óleo de soja 220%. Em compensação, o consumo de arroz diminuiu 16% e o de manteiga despencou 49%. Infelizmente, não temos a série histórica quanto ao consumo de frutas, verduras e legumes, porque da cesta básica só constam o tomate e a banana, além da batata. E é evidente que produtos pouco usados há quarenta anos são hoje muito mais comuns, como é o caso da laranja, da maçã, da uva e de muitos legumes e verduras usados em saladas, como couve-flor, repolho, beterraba, ervilha, palmito, berinjela, cenoura, brócolis, pimentão, rabanete, e tantos mais.

A expectativa de vida do povo brasileiro cresceu 23% nesse mesmo período. É claro que isso se deve a muitos fatores, como o crescimento econômico do País e o acesso a água tratada e rede de esgoto, mas, seguramente, a melhoria do consumo de alimentos teve forte participação, também, no maior tempo de nossa permanência neste mundo. E em melhores condições físicas! ■

PRODUZIR

DESAFIOS PARA UMA LIDERANÇA MODERNA

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

EM UM cenário de transformações de ordens social, política e econômica, novas formas de liderança são necessárias. A combinação entre o darwinismo de uma economia "tecnologizada" e o poder das redes sociais coloca a sociedade ante novos dilemas.

No xadrez do poder entre países, classes e poderes econômicos, surge algo inédito: a *vox populi* efetiva, uma enorme força de comunicação instantânea e a crescente onda de desinformação. Nesse cenário, abre-se um atalho entre a ansiedade dos cidadãos e as promessas de líderes "fortes" com soluções imediatas. Assim, a frustração e o populismo fortalecem-se e ameaçam o centro democrático, a verdadeira representação republicana.

Nos rumos incertos do futuro, é prioritário reconhecer conquistas, mas essencial adaptá-las às novas circunstâncias e aos desafios. O equilíbrio das instituições, portanto, é a única garantia para a convivência pacífica e a crescente prosperidade. Neste modelo republicano, as representações dos segmentos da sociedade assumem papel crucial. Sociedades cada vez mais complexas e dinâmicas exigem uma liderança coletiva e dialógica, para equilibrar as forças em benefício da maioria.

No Brasil, o agro assume um novo protagonismo para alimentar a população e equilibrar a balança comercial. As expressões políticas, as cooperativas, as associações, os sindicatos e as lideranças individuais precisam trabalhar a partir de uma plataforma de pensamento integrado, para influenciar outras forças sociais e forjar um modelo fundamentado no uso inteligente de nossos recursos naturais, humanos e financeiros.

Uma articulação eficiente exige novas formas de inclusão. Na prática, é prioritário encontrar o diferencial representativo de cada entidade e, então, aprofundar o diálogo entre as entidades para somar forças. Sem esse alinhamento, a defesa de interesses específicos não terá eco naqueles que definem as políticas públicas.

Nos últimos anos, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) avançou no território da liderança compartilhada. Jovens dirigentes, antes distantes do debate político, engajaram-se na formulação dos programas e na ampliação da plataforma, para trazerem às tradicionais lideranças novos aspectos relevantes para o futuro do agro, dialogarem e construírem pontes para uma nova convivência.

Saímos das trincheiras para debater o futuro frente a frente com outros segmentos da sociedade. Estabelecemos comitês *multistakeholders*, impulsionamos a criação da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e aprofundamos a atuação do agro na formulação de políticas públicas – com o fortalecimento do Instituto Pensar Agro (IPA) e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) –, revitalizando os princípios da SRB para que o seu próximo centenário seja ainda mais glorioso.

A disposição de tomar posições firmes e estratégicas alinhadas a uma visão de longo prazo é fundamental para a legitimidade da representatividade setorial. O desafio do Brasil moderno e de suas instituições é seguir adiante na construção de um sistema descentralizado da democracia pluralista, necessário para conduzir o complexo processo de reconstrução da nação brasileira. ■



OPINIÃO

NOVAS ÁGUAS PARA A PISCICULTURA

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

A CONSTRUÇÃO do novo Decreto de Licenciamento da Aquicultura para o estado de São Paulo, assinado pelo governador Geraldo Alckmin em novembro, demonstra a maturidade deste setor produtivo. A iniciativa ocorre em um período de crescimento acelerado da atividade e, assim, é uma ação para que o cultivo de pescados seja reconhecido como uma relevante atividade econômica; mais importante, estabelece regras para que tal atividade se desenvolva de forma sustentável.

Contribuem para isso o menor custo para o licenciamento e a maior agilidade para a obtenção das autorizações. Isso permite que os produtores trabalhem dentro da legalidade e tenham segurança para seu crescimento ou, até mesmo, se entusiasmem em iniciar a atividade.

Desde 2012, quando do primeiro Decreto, apenas treze licenciamentos foram concedidos pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), número este que evidencia a ineficiência do antigo processo e mostra a complexidade dos trâmites burocráticos e dos altos custos – dois dos principais fatores que têm inibido a adesão dos produtores, revelando como é urgente um aprimoramento das regras.



O novo Decreto reduz pela metade os preços dos pedidos de licença prévia, de instalação e operação e de renovação das licenças de operação: de 50 UFESPs para 25 UFESPs. No licenciamento ordinário, também caiu o custo dos pedidos de licença: de 100 UFESPs para 50 UFESPs.

Outro ganho é a análise individual de empreendimentos que estejam em corpos d'água e que não atendam os padrões de qualidade estabelecidos em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) para o parâmetro fósforo.

O Instituto de Pesca da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (IP/SAA) fica responsável por definir a lista de espécies e locais onde o cultivo será permitido. Esta lista deve ser revista, no prazo máximo de 24 meses, para a inclusão ou a exclusão de espécies, seguindo critérios que serão definidos pela SAA.

O Decreto vem facilitar uma das atividades agropecuárias que mais cresce atualmente. Para se ter uma ideia, entre 2013 e 2015, a produção brasileira de alevinos (milheiros) subiu 19,84%, saltando de 818.850 para 955.614; a de pós-larvas de camarão (milheiros) teve aumento de 23,93%, de 11.178.767 para 17.044.028; e a de camarões (toneladas) aumentou 7,45%, de 64.668 para 65.018.

As 27 Unidades da Federação (UFs) têm aquicultura, produzindo, em 2015, 574.164 toneladas de pescado, o que gerou uma renda de R$ 4,4 bilhões. A criação de peixes está presente em 69,9% das propriedades, a de camarões em 20,6%, e a de outros organismos em 9,5%. São Paulo detém o consumo e a comercialização de 70% da produção nacional e dos produtos importados.

O estado ocupa a quinta posição na produção pesqueira do País, com 53.173 toneladas/ano e um valor aproximado de R$ 264 milhões/ano. São 433 municípios paulistas que têm propriedades com piscicultura. Cerca de 40 mil pescadores estão cadastrados ou em processo de cadastramento no estado.

Temos orientação do governador Alckmin para, com essa implantação, impulsionarmos a aquicultura, apoiando os trabalhadores e empreendedores deste setor! São estas pessoas que ajudaremos a conseguirem mais renda praticando uma atividade sustentável, desburocratizada e produtora de uma das melhores proteínas animais para alimentar o mundo. ■

REFLEXÃO

ATÉ 2018: UMA JORNADA LONGA!

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O bom é inimigo do ótimo...

Ditado popular

AS COISAS melhoraram no Brasil! Infelizmente, esta é uma afirmação que só pode ser feita por quem convive com os índices macroeconômicos atualizados, desde a taxa de inflação até a de emprego. Isso, no entanto, dificilmente é perceptível com muita clareza pelas donas de casa que vão cotidianamente às compras do essencial. Também é penoso para a grande maioria das massas que faz as refeições fora de casa ou utiliza os transportes públicos.

Uma longa jornada à recuperação começa a acontecer. Esta agenda teve início com a aprovação pelo Parlamento, com larga margem de voto, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241, que limita os gastos públicos. O remédio é amargo, mas necessário. Outros passos terão de ser dados no sentido de promover as mudanças no regime partidário e no sistema previdenciário brasileiro. Essas são iniciativas para alimentar e fortalecer as nossas esperanças!

Outros pontos essenciais para a retomada do Brasil estão nos investimentos em logística, verdadeira barreira ao desejado crescimento da economia brasileira. Seus impactos são positivos, tanto do lado interno, com a redução dos custos de transporte, como do externo, pois permitirão aumento no volume das exportações, com mais competitividade econômica dos produtos do agronegócio.

E listam-se, ainda, as intempéries climáticas e o surgimento de pragas e doenças sempre potencialmente nocivas à produção agrícola, que clama urgentemente por uma política pública de seguro rural.

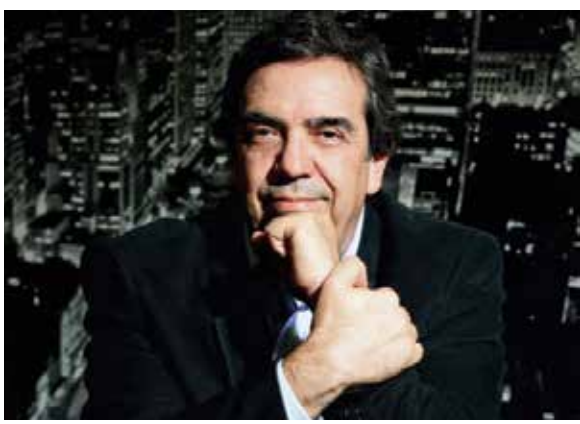
Como produtores, assistimos a uma complicada sobreposição de impostos nas cadeias produtivas do agronegócio. A tendência do sistema tributário é de só crescer! As normas não oneram apenas de forma acachapante a produção, como a atingem e desequilibram os seus vários elos.

O setor produtivo sofre, também, os desequilíbrios provocadores da insegurança jurídica. Na legislação trabalhista nacional, o modelo ficou antiquado e inadequado para o estágio de desenvolvimento do País. No meio rural, isso provoca uma conturbação de proporções preocupantes. Os embates nas discussões que envolvem meio ambiente e agricultura carecem de conteúdos técnicos e científicos. Na questão de terra, tem-se as indefinições nas demarcações das áreas indígenas e na compra de terras por estrangeiros, entre outros elementos.

Na verdade, como supera o déficit fiscal gigantesco, o rombo deixado pelo governo impedido exige enfrentamento dramático das ordens distorcidas nos campos tributário, previdenciário, político e trabalhista. É um buraco negro malcheiroso, com muitas surpresas a aparecerem no bojo da Lava-Jato. Esta operação luta para trazer dignidade à política e respeito ao povo e devolve a confiança que haverá, de fato, limpeza e punição dos culpados. A impunidade e a resiliência deixam espaços e refúgios dos quais não temos ideia.

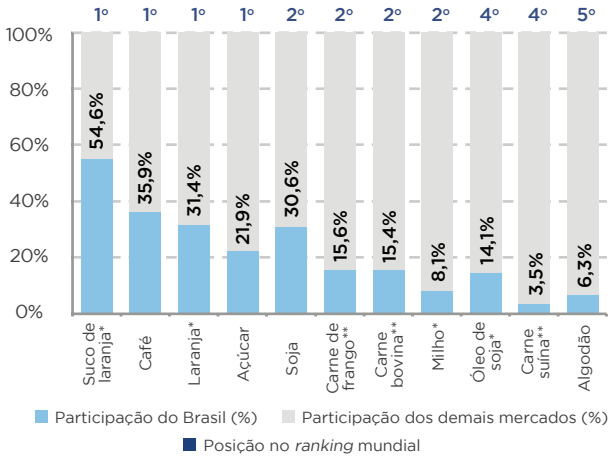
Enquanto as ações correm, o agronegócio não pode esperar por elas! Segue plantando, cultivando e gerando riquezas. Vai produzindo, sem cortar empregos.

Como os primeiros passos foram dados, a confiança dos elos das cadeias e a confiança do consumidor sobem. A ABAG engrossará seus esforços na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para encontrarmos soluções para as questões aqui expostas. Não podemos nos iludir: teremos de tirar as pedras existentes no caminho, mesmo que o ônibus da esperança derrape. Esse é o custo de mudar! ■



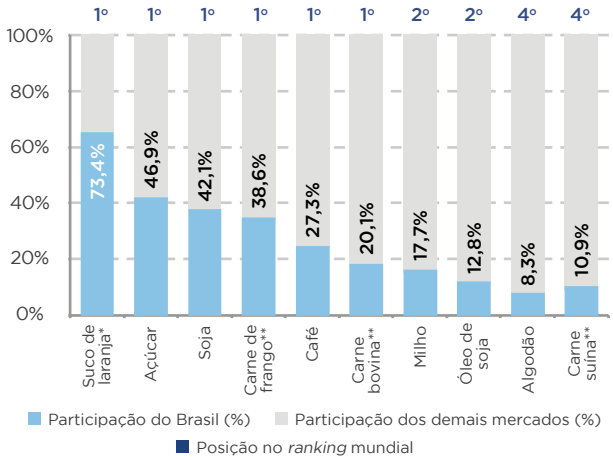
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



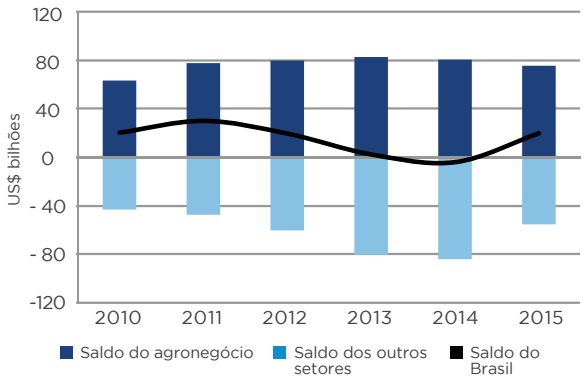
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



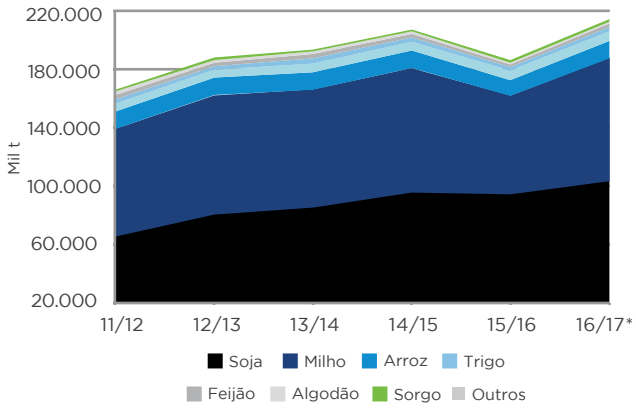
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



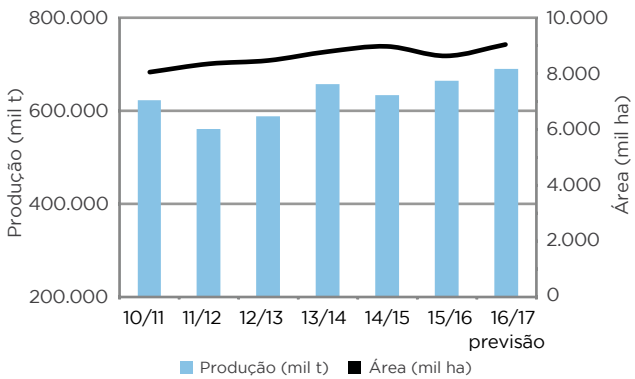
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



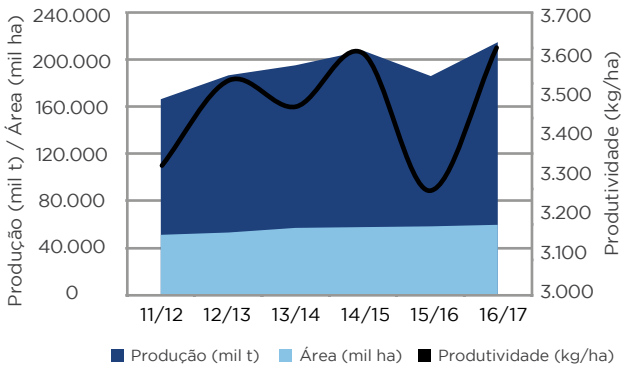
* Previsão
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab